

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
CURSO DE DIREITO

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NOS CASOS DA LEI Nº 9.099/95, NOS  
ÓRGÃOS POLICIAIS DE LAJEADO/RS**

Riéli Fernanda Pinto Weissheimer.

Lajeado, julho de 2017.

Riéli Fernanda Pinto Weissheimer

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NOS CASOS DA LEI Nº 9.099/95, NOS  
ÓRGÃOS POLICIAIS DE LAJEADO/RS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia ou Artigo, do Curso de Direito, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Me. João Antônio M. Peixoto.

Lajeado, julho de 2017.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por ser meu porto seguro e estar ao meu lado no alento das madrugadas, me motivando a não desistir ou me desesperar.

Aos meus pais, Ivone e Rubem, que lutaram para me proporcionar o melhor, por me ensinarem a nunca desistir dos meus sonhos, bem como ser uma pessoa justa, sincera, batalhadora, objetivando a dar sempre o meu melhor. Especialmente ao meu pai, por ser minha fonte de inspiração e espelho profissional.

Ao meu amado irmão, Ricardo, pelo constante zelo, paciência, proteção e incentivo que tens me proporcionado.

Ao meu caríssimo namorado, Augusto César, por seus incentivos, amor, compreensão, força e pelo afeto que me acalentou por diversos momentos.

À minha sogra, Tânia Dossena, por me fazer sempre acreditar que sonhos se tornam realidade quando lutamos e colocamos nossa fé.

A minha segunda mãe, Odila Dias e minhas irmãs pela torcida sincera, pelos encorajamentos e compreensão despendida, decorrente da minha ausência no dia a dia.

Aos meus amigos e amigas, que vibram com minhas conquistas e alegrias, especialmente a minha amiga Michele Cristine Weschenfelder, por toda a ajuda, amizade e cumplicidade que me propiciou.

## **AGRADECIMENTOS**

Preliminarmente, ressalto que esta Monografia é a representação de uma grande vitória na minha vida. Desta forma, quero agradecer a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste trabalho e momento de suma importância.

Inicialmente, agradeço imprescindivelmente à orientação, que me ensinou a ter calma, paciência, determinação e a respirar fundo, bem como pela atenção ao trabalho dispendido e suas sábias observações sobre a presente dissertação, em especial por aceitar o desafio de me orientar.

A minha família por todo seu amor, carinho, força, sabedoria, união, ternura, integridade e bondade. Por me mostrarem que posso fazer a diferença e que não há obstáculos grandes o suficiente que não possam ser ultrapassados.

Aos tutores do conhecimento que passei ao longo desses seis anos de faculdade.

Por fim, agradeço a todos meus amigos que sempre me trazem força, motivação e uma amizade pura, sincera e incondicional.

*“Tudo posso naquele que me fortalece”.*  
*(Filipenses 4:13)*

## RESUMO

A segurança pública possui grande influência na sociedade e tem se inovado ao longo dos anos. Para tanto, a presente monografia teve como objetivo analisar a aplicação da mediação nos órgãos policiais, para os crimes previstos na Lei nº 9.099/95. Abordou-se primeiramente a evolução histórica dos órgãos policiais que compõem a segurança pública e as respectivas atribuições. Num segundo momento analisamos como funciona o Juizado Especial Criminal e o sistema de mediação de conflitos, especialmente as diferenças dos meios resolutivos de contenda. No terceiro capítulo do trabalho, através de pesquisa quali-quantitativa, realizada através de método dedutivo, com estudo bibliográfico e pesquisa de campo, analisamos a experiência da mediação nos órgãos policiais do Vale do Taquari e se a mesma estaria produzindo efeitos na redução de conflitos e procedimentos junto ao Poder Judiciário. Por fim, concluiu-se que o Programa Mediar é muito eficaz na solução dos conflitos, contudo no município de Lajeado, atualmente devido à falta de servidores, não tem gerado resultados positivos, sendo que pouquíssimos casos estão sendo mediados pelos órgãos da segurança pública.

**Palavras-chave:** Mediação; Segurança Pública; Órgãos Policiais; Lei nº 9.099/95.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	Parágrafo
Art.	Artigo
BM	Brigada Militar
CC	Código Civil Brasileiro
CF	Constituição Federal
CF/88	Constituição Federal de 1988
CP	Código Penal Brasileiro
DP	Departamento de Polícia
Des.	Desembargador
Ed.	Edição
JECrim	Juizado Especial Criminal
MP	Ministério Público
MESC	Método Extrajudicial de Solução de Conflito
MIN.	Ministro
Nº	Número
P.	Página
TJ	Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 SEGURANÇA PÚBLICA .....</b>	<b>11</b>
2.1 Evolução histórica acerca da segurança pública no Brasil .....	12
2.2 Conceitos e definições .....	17
2.3 Atribuições das forças policiais .....	19
2.3.1 Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal.....	20
2.3.2 Polícia Civil .....	23
2.3.3 Polícia Militar .....	24
2.3.4 Polícia Comunitária.....	26
<b>3 PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....</b>	<b>28</b>
3.1 O Procedimento Sumaríssimo das Leis nº 9.099/95 e nº 10.259/2001 - O conceito de menor potencial ofensivo .....	29
3.1.1 Procedimento Sumaríssimo e suas fases preliminares.....	31
3.1.2 Procedimento processual.....	36
3.1.3 Suspensão condicional do processo .....	37
3.2 Meios consensuais de solução de conflitos.....	41
3.2.1 Conciliação .....	41
3.2.2 Negociação .....	43
3.2.3 Arbitragem .....	45
3.2.4 Mediação .....	46
3.3. A possibilidade e o motivo de novos mecanismos de resoluções de conflitos .....	48
<b>4 A POLÍCIA CIVIL E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS .....</b>	<b>50</b>



4.1 Programa Mediar .....	50
4.2 A experiência da mediação nas delegacias de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul .....	53
4.3 A (in)viabilidade da implementação das mediações nos órgãos de polícia de Lajeado/RS.....	54
5 CONCLUSÃO .....	61
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS .....	69
ANEXO A – FOLHETO FORNECIDO PELA POLÍCIA CIVIL .....	70
ANEXO B – FOLHETO FORNECIDO PELA POLÍCIA CIVIL .....	71
ANEXO C – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO DELEGADO DE POLÍCIA .....	72
ANEXO D – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO DELEGADO DE POLÍCIA .....	73
ANEXO E – ENTREVISTA PESSOAL COM O DELEGADO DE POLÍCIA.....	74
ANEXO F – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO JECRIM DE LAJEADO/RS .....	75
ANEXO G – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO JECRIM DE LAJEADO/RS .....	76
ANEXO H – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE LAJEADO/RS .....	77
ANEXO I – BOLETIM REGIMENTAL POLÍCIA CIVIL .....	79
ANEXO J – NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA MEDIAR / POLÍCIA CIVIL .....	92

## 1 INTRODUÇÃO

No território brasileiro há um grande número de conflitos sociais que procuram diversas esferas do Poder Judiciário para ser solucionados. O núcleo familiar, os bancos escolares, os órgãos de segurança pública são citados por estarem falhando no cumprimento de suas funções sociais.

Há diversos problemas com a segurança pública no Brasil, muitos dos quais são conhecidos e se agravam periodicamente, divulgados pela mídia e por agentes da sociedade, que têm interesse na dispersão desses problemas, de modo a induzir o medo nas pessoas. Contudo, se a sociedade almeja mais segurança, necessita abdicar em parte de sua liberdade, sendo notáveis alguns dizeres: “nunca deixe as janelas abertas”; “lembre-se de fazer os seguros do carro, da casa, de vida”, entre outros. Dessa forma, é visível que as cidades deixaram de ser seguras e se transformaram em áreas movidas pela desconfiança, pelo medo e pela insegurança, por tais razões são submetidas à vigilância policial, através de inúmeros meios, visto que medidas isoladas nem sempre funcionam na segurança pública, mormente por que os problemas são complexos e sofrem diferentes variantes, com diversos aspectos da vida social, econômica e cultural.

Boa parte dessa problemática, inclusive as infrações de menor potencial ofensivo, isto é, conflitos de família e de vizinhança, são registradas nas Delegacias de Polícia e, por consequência, remetidas ao Poder Judiciário. Por outro lado, esses conflitos vêm causando grande volume de processos judiciais, sendo que muitos deles são arquivados devido à extinção da punibilidade, ocorrida por desistência ou por renúncia das partes.

Assim, se questiona a viabilidade de utilizar a mediação em conflitos da área de segurança e como seria essa relação entre as delegacias e a comunidade, se

haveria compatibilidade, entre outras tantas dúvidas. Dessa forma, a partir desse estudo, passaremos a analisar a possibilidade de resolução de conflitos de menor potencial ofensivo dentro do recinto das Delegacias de Polícia no estado, mormente na região do Vale do Taquari/RS, visando a descobrir resultados positivos.

Para tornar possível este estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, que se caracteriza como “[...] propriedade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo com suas naturezas” (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2014, p. 136). Quanto à metodologia utilizada, optou-se pelo método dedutivo, visto que se partiu de premissas teóricas para deduzir e concluir.

O trabalho é baseado em pesquisas bibliográficas, utilizando-se de livros de doutrina, artigos, publicações periódicas da imprensa e sites especializados no assunto. Utiliza-se ainda de legislação pertinente atualizada e jurisprudências.

No primeiro capítulo serão abordados os aspectos históricos sobre a segurança pública e a competência das forças policiais em suas diferentes esferas.

Já no segundo capítulo, será discutido o procedimento da Lei nº 9.099/95 e os meios de soluções de conflitos, dentre os quais se destacam a arbitragem, a negociação, a conciliação e a mediação.

E por fim, no terceiro capítulo será analisado o Programa Mediar no Vale do Taquari, bem como a opinião de profissionais da área, como juízes, promotores e delegados, a fim de entender como o programa auxilia na diminuição da carga processual e na solução de conflitos de forma célere.

O presente estudo mostra-se pertinente em virtude da necessidade de analisar o Programa Mediar, que vem sendo implantado nas delegacias em diferentes estados, e da importância do programa na solução de conflitos e seus resultados até o presente momento, destacando os pontos positivos e os que ainda podem vir a melhorar, visto que se trata de um projeto novo, que está sendo implementado desde o ano de 2013 em nosso Estado.

## **2 SEGURANÇA PÚBLICA**

A segurança pública surgiu com as primeiras civilizações e tem evoluindo progressivamente, devido ao crescimento da violência e criminalidade que tem afetado a população.

Na atualidade, a segurança pública é um dos problemas mais latentes da nossa sociedade, sendo que o interesse dos cidadãos tem evoluído significativamente, pela divulgação diária das emissoras de rádio, televisão e diversos meios de comunicação que exploram o tema.

A sensação de insegurança que abarca o país, ainda tem causado grandes discussões nos órgãos públicos, especialmente na busca de mecanismos que sejam eficazes e adequados para prevenção de crimes e resolução de conflitos.

Pela Constituição, a segurança pública é responsabilidade dos governos federal e estadual e, por isso, nosso Ministério da Justiça é o órgão incumbido de elaborar e implementar estratégias de combate à criminalidade. Esse Ministério é composto pela Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar.

Estes órgãos policiais possuem a finalidade de preservar a ordem pública, realizar a repressão e investigação dos crimes, proteger o patrimônio e as pessoas, bem como controlar a violência.

Assim, diante da importância da segurança pública e com o fito de compreender a problemática do tema, neste primeiro capítulo, será abordado o desenvolvimento e a evolução histórica da segurança pública, além de noções gerais acerca da segurança no Brasil.

## **2.1 Evolução histórica acerca da segurança pública no Brasil**

Segundo Marcineiro e Pacheco (2005, p. 21-22), na era pré-histórica o homem organizou-se em agrupamentos sociais que, na atualidade, são representados pela sociedade moderna. Na época, a segurança se tornou motivo principal para a composição desses agrupamentos sociais, devido ao sentimento de insegurança que permeava.

Os autores explicam, posteriormente, que o homem estabeleceu, dentro do seu grupo social, relações de poder que garantiam o cumprimento de determinadas regras criadas e estabelecidas.

Destaca Holloway (1977, p. 43-44) que nos tempos coloniais, surgiram os “guardas” civis desarmados, contratados pelo conselho municipal, os quais realizavam a vigilância rudimentar, isto é, realizar rondas e fiscalizar atividades suspeitas de eventuais “quadrilheiros”. Contudo, eles não detinham poder de apreensão, salvo nos casos de flagrante.

Por sua vez, Abreu e Barreto Júnior (2008, p. 12) destacam que as organizações policiais do tipo moderno surgiram no período de transição, entre o século XVIII e o século XIX.

Por seu turno, Holloway (1977, p. 46) pondera que com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, a polícia teve sua origem como instituição, pois houve a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, no Rio de Janeiro, inspirada no modelo francês criado em 1760. O órgão desempenhava tanto a segurança pessoal quanto a coletiva, bem como garantia o abastecimento da cidade (água, obras urbanas, iluminação e outros serviços), além do que se responsabilizava pela fiscalização das obras públicas e captura dos criminosos.

O autor explica que a transferência da família real para o Brasil também acarretou a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, composta por 218 homens, que possuía atuação em tempo integral. A função dessa divisão era capturar escravos, criminosos e patrulhar para reprimir ações de contrabando,

conforme definido pela Corte Real. Naquele tempo só poderiam fazer parte dessa guarda cidadãos eleitores, indivíduos com renda mínima, segundo a Constituição Política do Império de 1824. (HOLLOWAY, 1977, p. 47-48).

No mesmo dizer, Marcineiro e Pacheco (2005, p. 27) dispõem que com a vinda da família real portuguesa ao Brasil:

[...] D. João VI traz junto consigo a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, iniciando assim a história das polícias no país. Na época da declaração da independência, em 1808, a segurança da população se confundia com a própria segurança do país. Não se tinha nesta época a noção que temos hoje a respeito de segurança pública. [...] A própria legislação era omissa quanto a este assunto.

Os referidos autores embasam que a primeira lei que tratou sobre a segurança pública foi a Lei Imperial, de 1º outubro de 1828, que dispunha sobre “Posturas Policiaes” em seu art. 66<sup>1</sup>:

Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à policia e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objectos seguintes [...]

Os doutrinadores Marcineiro e Pacheco (2005, p. 27-28) aduzem que “durante a regência do Padre Diogo Antônio Feijó, os governos provinciais são conclamados a extinguir todos os corpos policiais então existentes, criando, para substituí-los, um único corpo de guardas municipais voluntários por província”. Dessa forma, os Corpos de Guardas Municipais Voluntários foram criados, sendo que, posteriormente, tiveram sua área de jurisdição ampliada e com sua nomenclatura modificada para Corpo Policial Permanente, e sucessivamente se constituíram as polícias militares, em 1920, em quase todos os estados da Federação.

Destaca Holloway (1977, p. 88-89) que a função dos guardas municipais se baseava em vigiar a todos, manter a segurança e prender os criminosos, isto é, reprimir o crime comum e as violações da ordem pública.

Vigiar a população era uma das tarefas mais importantes dos guardas, que deviam relatar ao juiz de paz de seu distrito todas as ocorrências de que pudessem informar-se, por quaisquer meios, e que tivessem relação com a segurança pública ou com particulares, guardando toda prudência e sigilo

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)> Acesso em: 14 de mar. 2017.

que essas informações, por sua natureza, exigiam. Sua missão geral era “manter a segurança pública e prender os malfeitores”.

Na época, devido à atuação da Guarda Municipal não ter sido satisfatória na crise de 1831, formou-se a Guarda Nacional Paramilitar, que aceitava somente homens, entre 18 e 60 anos, que detinham os requisitos essenciais para o exercício do voto.

Holloway (1977, p. 101) ressalta ainda, que em setembro de 1832, o Ministro da Justiça, que substituiu Feijó, afirmou que a Polícia Militar deveria ficar sob o comando direto da Guarda Municipal sempre que precisasse.

Contudo, naquela época começaram a surgir deficiências na segurança pública, acarretando a criação de uma nova guarda, cuja finalidade era melhor garantir a segurança à propriedade e a segurança individual. (HOLLOWAY; 1977, p. 148). Dessa forma, surgiu a Guarda Urbana, oriunda do decreto de 1836, uma força não militarizada com atividade de ronda e fiscalização, as quais seriam anexadas à Polícia Militar e administradas por ela.

Esse autor explica que a reforma de 1841 tornou-se conhecida como a “Lei de 3 de Dezembro”, cujo objetivo foi ratificar a centralização da autoridade nas mãos do Chefe de Polícia Civil nomeado, que nomeava os delegados e subdelegados, os quais podiam expedir mandado de busca e apreensão, determinar fiança, conduzir audiências sumárias, incriminar formalmente, efetuar prisões, entre outras funções. O efeito da reforma foi restaurar oficialmente a centralização da autoridade.

Em 1866, Holloway (1977, p. 157-158) dispõe que ocorreu a criação de uma nova força policial, alterando a estrutura, mas não a função da polícia. Essa nova estrutura nacional previa um chefe de polícia em cada província.

Consoante Aquino Pessoa (2015, texto digital) “o Decreto nº 3.598 de 1866, reorganizou a força policial da corte, dividindo-a em dois corpos, um militar e outro civil. (...) Já o corpo paisano, ou civil, subordinado ao Chefe de Polícia, foi denominado Guarda Urbana”.

O autor entende que naquela época, o Chefe de Polícia Civil, assim como o Comandante da Polícia Militar, também estava subordinado ao Ministro de Justiça

do Império. Todavia, com o tempo houve rivalidade entre essas instituições, pois as autoridades civis cuidavam e fiscalizavam cuidadosamente a Polícia Militar (HOLLOWAY, 1977, p. 162-167).

Em 1885, a Guarda Urbana restou extinta, sendo que a Polícia Militar se tornou novamente a maior força da linha de frente. (HOLLOWAY, 1977, p. 223).

Outrossim, Holloway esclarece que, em 1871, houve uma reforma judicial, que tratou de ampliar o sistema judicial, para que este assumisse funções antes desempenhadas pelos Chefes de Polícia, delegados e subdelegados. (HOLLOWAY, 1977, p. 227)

Com o passar dos tempos, consoante os autores Marcineiro e Pacheco (2005, p. 29), na década de 80:

Em 1889, é proclamada a República. O país passa por uma radical transformação social e política. O Decreto nº 1, de 15 de novembro, que instituiu a República, responsabilizava os governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança públicas e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos (Art. 5º). Autorizava ainda aos governos estaduais criarem guardas cívicas para o policiamento de seus territórios (Art. 8º).

Nessa linha, os autores explicam que a nova Constituição da República de 1891 também era omissa no que se refere à organização da segurança pública no país. (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 30)

Para Moraes e Sousa (2009, p. 5) a Proclamação da República, em 1889, inaugurou uma nova ordem política e trouxe uma reorganização do aparato repressivo estatal. Embora o advento da República não tenha significado uma alteração fundamental na composição da classe dominante, a nova ordem política modificou consideravelmente as relações entre as diferentes elites políticas e também alterou as relações entre as classes dominantes e subalternas. A abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais.

Os autores mencionam ainda, que no aspecto social, a abolição da escravidão afetou profundamente o trabalho policial. O papel das polícias no



controle social concentrava-se na vigilância das classes urbanas perigosas e, com o fim da escravidão, as polícias reinterpretaram sua função na estrutura de controle social. Uma das primeiras tarefas impostas ao aparelho policial foi o controle da população rural que migrou em massa para os principais centros urbanos.

Marcineiro e Pacheco (2005, p. 30) ponderam que o período do governo de Vargas foi conturbado devido às exigências da sociedade pela volta da democracia, por meio de novas eleições e uma nova constituição, acarretando uma Revolução Constitucionalista, que ocorreu em 1932.

Dessa forma, esses estudiosos ainda explicam que com o fim da revolução e, com a vitória das tropas da União, o Governo Federal resolveu controlar as Forças Públicas.

O Governo Federal resolve controlar as Forças Públicas, fato que não ocorreu durante a República Velha. Em 1934, novo acordo entre a União e os estados ratifica o acordo firmado anteriormente, tornando as Forças Públicas, oficialmente reserva de primeira linha do Exército (MARCINEIRO, PACHECO, 2005, p. 30).

Salientam Marcineiro e Pacheco que as Constituições de 1946 e 1967 mantiveram a competência da União para legislar sobre as Forças Públicas e a Polícia Militar. (MARCINEIRO; PACHECO, 2005. p. 32).

No início da década de 60, mais precisamente em 1964, o país voltou a passar por momentos de turbulência política e social, que culminaram na Revolução de 31 de março de 1964. Novamente o país voltava a viver em um regime de exceção, com restrição das liberdades políticas e individuais. Como em outras épocas de nossa história, esse regime caracterizou-se pela centralização e excessivo controle sobre as Polícias Militares, restringindo a liberdade dos governadores de organizar as corporações estaduais, segundo entendimento referidos doutrinadores.

Nesse seguimento, os autores aduzem que, “a partir de 1964 as Polícias Militares passaram a ser comandadas por Oficiais do Exército, que repassaram às corporações os valores adquiridos nas forças armadas. Com isso, as Polícias Militares passaram a dar maior prioridade à defesa interna e à segurança nacional, em detrimento da segurança pública” (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 32).

Devido a isso, em meados de 1967, a Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército foi criada, com o fito de supervisionar e controlar as Polícias Militares estaduais.

Em 1988, surgiu uma nova Constituição, promulgada em 05 de outubro, que apontou objetivos prioritários à nação, os quais acentuavam por uma sociedade livre, justa e solidária, um progresso no desenvolvimento nacional, redução da desigualdade social e erradicação da pobreza. (MORAIS; SOUSA, 2009, p. 9)

Outrossim, definiu de forma parcialmente “inovadora” sobre o conceito de segurança, bem como sua organização e competências, conforme consta no artigo 144, que segue:

Art.144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia Federal;

II – Polícia Rodoviária Federal;

III – Polícia Ferroviária Federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares [...].

Portanto, a partir dessa nova redação, os estados passaram a conduzir a política de segurança, sendo que ficou sob sua responsabilidade o resguardo à ordem pública e a prevenção da violência através das instituições policiais.

## **2.2 Conceitos e definições**

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) se preocupou em abordar sobre o tema segurança pública, mormente por se tratar de uma das grandes problemáticas do Brasil, em seu artigo 144. “O referido artigo define e incumbe a segurança do país aos órgãos estatais e a comunidade como um todo, com a finalidade de preservar a ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, além de controlar a violência e a criminalidade”.

Para Lazzarini (1999, p. 19-22) o artigo 144 da CF/88, “prevê um verdadeiro sistema nacional de segurança pública, associada esta à segurança pública e à ordem pública”. Diante disso, define que:

Segurança pública (...) é o estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei de contravenções penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva, típicas, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo o perigo, ou de todo o mal que possa afetar a ordem pública em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

Por seu turno, Bengochea et al. (2004, p. 120), conceitua que a segurança pública se limita à assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade, de modo a garantir direitos e cidadania a todos:

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos.

Nessa esteira percebe-se, pelos doutrinadores supracitados, que a segurança pública objetiva assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, de modo a manter uma adequada convivência na sociedade e garantir a tranquilidade.

Nesse diapasão, a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça vem corroborar tal entendimento:

“EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 2º e tabela V, ambos da Lei nº 6.010, de 27 de dezembro de 1996, do estado do Pará. Medida Liminar. Em face do artigo 144, *caput*, V e parágrafo 5º, da Constituição, sendo a segurança pública, dever do Estado e direito de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através, entre outras, da Polícia Militar, essa atividade do Estado só pode ser sustentada pelos impostos, e não por taxa, se for solicitada por particular para a sua segurança ou para a de terceiros, a título preventivo, ainda quando essa necessidade decorra de evento aberto ao público. Ademais, o fato gerador da taxa em questão não caracteriza sequer taxa em razão do exercício do poder de polícia, mas taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, o que, em exame compatível com pedido de liminar, não é admissível em se tratando de segurança pública. [...]” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.942-2, Tribunal Pleno, Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Moreira Alves. Julgado em 05/05/1999).

Por fim, destaca-se o conceito compreendido pelo Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP, 2015) que define segurança pública como:

[...] uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Desta maneira, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo que o referido direito é garantido através de órgãos taxativos, elencados no artigo 144, da CF/88, de modo a manter a ordem pública, bem comum da nação e adequada convivência na sociedade, isto é, garantir à dignidade da pessoa humana e aos próprios direitos humanos.

### **2.3 Atribuições das forças policiais**

A Constituição Federal (CF), na forma do artigo 5º, *caput*, prevê direitos fundamentais dos cidadãos, quais sejam o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Esses direitos são de responsabilidade do Estado, que o faz por meio das forças policiais em atenção ao artigo 144 da CF.

Compreende Antunes (2004, texto digital) que tanto a leitura como a definição trazida pelo dicionário, quanto do artigo 144 da CF, vê-se que é impossível falar de segurança pública em aparte à noção de polícia ou órgãos policiais. É claro que, conforme a primeira parte do referido diploma legal, a segurança pública é “responsabilidade de todos”, mas é da polícia o dever do combate direto às infrações penais e, em especial, o de prevenção a elas, como se depreende da leitura dos parágrafos que seguem o *caput* do artigo.

Nesse sentido, Lazzarini (1999), depreender que:

As forças policiais são as responsáveis pela prevenção e repressão ao crime e manutenção da ordem pública. As atividades desenvolvidas pelas corporações policiais encontram-se divididas em funções de polícia administrativa e polícia judiciária, sendo que seus integrantes praticam atos administrativos que podem ser denominados de atos de polícia.

Dessa forma, as forças policiais têm o dever de proteger o livre exercício dos direitos e liberdades, garantir a segurança do cidadão, além de que possuem

legitimidade para agir de modo ético e legal, segundo emana o ordenamento jurídico.

De outro viés, o campo de atuação de cada força policial foi delimitado na Constituição Federal para se evitarem conflitos de competência, que prejudiquem os administrados. O esforço do legislador ao enumerar as atribuições de cada corporação policial não impediu a ocorrência de eventuais confrontos no exercício das atividades de segurança pública. (ROSA, 2014, texto digital).

A falta de regulamentação do §7º, do artigo 144 da CF, impede uma maior eficácia dos corpos policiais no exercício de suas atividades, que são essenciais para a manutenção e preservação da ordem pública. (ROSA, 2014, texto digital).

Explica sabiamente Lazzarini (1991, p. 77) que:

Para pôr um ponto final nessa situação, só fazendo funcionar a regra do artigo 144, §7º, cuja matéria-objeto é a disciplina da organização e do funcionamento dos órgãos policiais, regulamentando através de lei, cuja natureza é ordinária.

Outrossim, aduz que “a necessidade de lei infraconstitucional para o tema é inquestionável” (LAZZARINI, 1991, p. 77).

Diante de todo o exposto, se vislumbra que o dever de segurança pública é de todos, em especial do Estado por meio dos órgãos competentes elencados no artigo 144 da CF, com o fito de manter a ordem pública. Sem embargo, a falta de regulamentação do §7º, do artigo 144, CF, tem causado conflitos e menor eficácia nas atividades exercidas pelas autoridades policiais. Assim, importante se faz abordar sobre as atribuições dos órgãos de polícia.

### **2.3.1 Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal**

A Polícia Federal é o primeiro órgão de segurança a ser elencado pelo artigo 144 da CF, especialmente por se tratar de órgão policial de âmbito da União e compreendido como uma corporação organizada.

Consoante o ordenamento jurídico, a Polícia Federal destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social e praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, entre outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei. Além disso, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, bem como exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Assevera Rosa (2014, texto digital), o entendimento da lei, ao afirmar que o referido órgão, além de ser uma corporação permanente instituída por lei, está sujeita aos princípios de hierarquia e disciplina.

Cabe a esta corporação policial apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei (artigo 144, §1.º, I, da CF). Os agentes federais devem prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de atuação (art. 144, §1º, II, da CF). Além de exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União, a Polícia Federal é responsável pelas funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras (art. 144, §1º, III, da CF) com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 19, de 4-6-1998.

Nesse contexto, a Polícia Federal reprime e previne o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, contrabando e o descaminho, além de exercer as funções de polícia judiciária da União, sendo responsável pelas funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. Destarte, exerce funções de polícia administrativa e de polícia judiciária, apurando ilícitos federais, bem como realizam, na forma da lei, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Já a Polícia Rodoviária Federal, que também é um órgão permanente, organizado e mantido pela União, é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Rosa (2014, texto digital) dispõe que:

A União possui rodovias federais que passam por diversos estados-membros da Federação, e que são fiscalizadas pelos rodoviários federais, que possuem competência para vistoriar, aplicar multas, prender e parar veículos, exercendo funções peculiares à atividade de polícia administrativa.

O Código de Trânsito Brasileiro, especificamente no artigo 20, classifica as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, quais sejam, fazer o patrulhamento ostensivo, exercer operações relacionadas com a segurança pública, efetuar levantamento dos locais de acidente de trânsito e dos serviços de atendimento, implementar medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, bem como fiscalizar nível de emissão de poluentes e ruídos produzido por veículos automotores ou pela sua carga.

Nessa mesma senda, o referido órgão esclarece sobre suas funções, consoante site oficial:

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é a polícia ostensiva da União. Ela é responsável não apenas pela fiscalização de trânsito nas rodovias federais, como também pela segurança dessas vias. Desta forma, é dever da PRF combater todo tipo de ilícito que circula pelas BRs e prender as pessoas que forem flagradas cometendo qualquer tipo de crime. Alguns dos ilícitos penais enfrentados pela PRF nas rodovias federais são: tráfico de drogas, armas e pessoas, contrabando e descaminho, crimes ambientais, roubo e furtos de veículos e cargas, exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outros.

Diante disso, a Polícia Rodoviária Federal desenvolve ações e atividades voltadas para a educação do trânsito, de modo a amplificar o nível de conscientização da sociedade, com objetivo de que os condutores adotem atitudes prudentes, compatíveis para manter a segurança do próximo.

No que tange a Polícia Ferroviária Federal, consoante o artigo 144, §3º, da CF, denominada de Polícia dos Caminhos de Ferro, em 1852, por meio do Decreto nº 641, assinado pelo imperador Dom Pedro II, é um órgão permanente, regido por leis antigas, estruturado em carreira, organizado e mantido pela União e, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Em 1852 a Polícia Ferroviária, primeira corporação policial especializada, buscava garantir e velar pelas riquezas do Brasil transportadas em trilhos de ferro, sendo que em 1962 restaram ampliados os poderes dos agentes ferroviários, uma vez que também obtinham a finalidade de dar segurança ao transporte de

especiarias, café e a riqueza da época. No ano de 1990, criou-se o Departamento de Polícia Ferroviária Federal – DPFF, através da Lei nº 8.028, de 12 de abril.

A corporação ao longo dos anos teve sua denominação alterada diversas vezes, sendo que, de Polícia dos Caminhos de Ferro (1922), passou a denominar-se Polícia e Segurança das Estradas de Ferro por meio do Decreto nº 15.673, após, modificou-se para Guarda Civil Ferroviária (1945), criada por Getúlio Vargas. Por conseguinte, passou a denominar-se Polícia das Estradas de Ferro (1963), através do Decreto nº 2.089 e, por fim, alterou-se para Polícia Ferroviária Federal (1988), como hoje é conhecida.

Nos dias atuais a Força Ferroviária Federal exerce atos de polícia administrativa, devendo prevenir e reprimir a ocorrência de infrações criminais junto às ferrovias pertencentes à União, isto é, fiscalizar trilhos destinados ao transporte de carga.

Portanto, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e a Polícia Ferroviária Federal exercem atividades diretas nas rodovias federais auxiliando de diversas formas aos que trafegam nelas, mormente promovendo a segurança de todos.

### **2.3.2 Polícia Civil**

A Polícia Civil, fulcro artigo 144, §4º, da Constituição Federal, é um órgão que exerce as funções de polícia judiciária, buscando a autoria e materialidade das infrações criminais, de modo a fornecer os elementos necessários ao titular da ação penal. No exercício de suas funções encontra-se vinculada à Secretaria de Segurança Pública, devendo obediência ao governador do estado ou do Distrito Federal.

Para Neme (1999), a Polícia Civil é subordinada ao governador do estado e têm suas funções definidas na Constituição Federal e na Constituição Estadual. “A Polícia Civil exerce funções de polícia judiciária e apuração das infrações penais, exceto as militares [...] Em suma, a Polícia Civil faz investigação”.

O STF tem entendido que:



"A Constituição do Brasil – art. 144, §4º – define incumbirem às polícias civis 'as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares'. Não menciona a atividade penitenciária, que diz com a guarda dos estabelecimentos prisionais; não atribui essa atividade específica à Polícia Civil". (ADI 3.916, rel. min. Eros Grau, julgamento em 3-2-2010, Plenário, DJE de 14-5-2010.)<sup>2</sup>

No Rio Grande do Sul, segundo a Lei Estadual nº 10.994/97, os agentes civis exercem funções institucionais estabelecidas, quais estão elencadas no artigo 4º da referida lei:

Art. 4º - Compete à Polícia Civil:

- I - exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- II - determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando a colher e a resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou a assegurar a execução judicial;
- III - praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual;
- IV - zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo;
- V - colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais;
- VI - adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares; e
- VII - organizar, executar e manter serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, e expedir licença para as respectivas aquisições e portes, na forma da legislação pertinente;
- VIII - exercer outros encargos pertinentes ao melhor desempenho da ação policial.

Destarte, a partir das funções elencadas acima, em síntese, a Polícia Civil busca assegurar a proteção da população, bem como aos bens e serviços públicos. Essas funções são atividades típicas de polícia judiciária, de modo a garantir a busca da autoria e materialidade dos crimes e dar embasamento às decisões de fato.

### 2.3.3 Polícia Militar

---

<sup>2</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A constituição e o supremo**. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos. [s.d.] Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201359>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

A Polícia Militar, na atualidade, também preza pela segurança da população, especialmente por impedir que crimes ocorram. O Policial Militar busca realizar um policiamento ostensivo, ou seja, circulação pelos lugares públicos, de modo a combater crimes, contravenções penais e violação das normas administrativas em áreas como meio ambiente e trânsito, objetivando a paz e a tranquilidade.

O artigo 144, §5º da CF, aduz a competência a eles incumbida, isto é, “às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

Para Neme (1999, p. 21), cabe a Polícia Militar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Em suma, a Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo. Assim, prezando pela ordem pública e segurança, a Polícia Militar procura manter o equilíbrio e a tranquilidade social.

Lazzarini (1989, p. 235-236) cita que:

[...] Em outras palavras, no tocante à preservação da ordem pública, às polícias militares não só cabe o exercício da polícia ostensiva na forma retroexaminada, como também a competência residual de exercício de toda atividade policial de segurança pública não atribuída aos demais órgãos. A competência ampla da Polícia Militar na preservação da ordem pública engloba, inclusive, a competência específica dos demais órgãos policiais, no caso de falência operacional deles, a exemplo de greves ou outras causas, que os tornem inoperantes ou ainda incapazes de dar conta de suas atribuições, funcionando, então, a Polícia Militar como verdadeiro exército da sociedade. Bem por isso as polícias militares constituem os órgãos de preservação da ordem pública para todo o universo da atividade policial em tema da 'ordem pública' e, especificamente, da 'segurança pública'.

A corroborar, a Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, texto constitucional de 3 de outubro de 1989, no artigo 129, estabelece:

Art. 129. À Brigada Militar, dirigida pelo Comandante-Geral, oficial do quadro da Polícia Militar, do último posto da carreira, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo governador do estado, incumbe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a guarda externa dos presídios e a polícia judiciária militar.

Diante disso, a Polícia Militar caracteriza-se como um órgão de preservação da ordem pública, de modo a acalmar a população que vem se sentindo intimidada pela criminalidade diária.

### 2.3.4 Polícia Comunitária

Ao longo dos anos, acreditou-se que a distância constante entre o policial e comunidade era imprescindível para a atividade policial. Por isso, no fim da década dos anos 80, surgiram estudos para implementação da Polícia Comunitária, que obteve apoio governamental somente a partir de 1996. Por conseguinte, foi constituído pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos que concluiu pela necessidade da implementação do policiamento comunitário.

O Policial Comunitário é regido por um conjunto de princípios de atuação, baseados na cooperação entre comunidade e polícia, voltada à segurança pública.

No mesmo sentido, Marcineiro (2009, p. 43) dispõe que:

[...] através do policiamento comunitário haveria uma aproximação entre o policial e a comunidade, aumentando a confiança entre os dois possibilitando uma mútua cooperação, na qual, não só a segurança pública será favorecida, como, também, a melhoria da qualidade de vida no bairro de um modo geral.

Além disso, Marcineiro destaca que “policiamento comunitário é um conceito de segurança pública que se baseia na interação constante entre a corporação policial e a população, isto é, são responsáveis por realizarem rondas e serão capacitados para manter uma relação de confiança com a população”. Desse modo, por meio da Polícia Comunitária é possível identificar problemas na comunidade atuando, preventivamente ou repressivamente, na segurança pública.

O policiamento comunitário restou inspirado pelo modelo japonês de Chuzaisho. No Rio Grande do Sul, segundo reportagem de imprensa, a primeira cidade gaúcha a receber o núcleo de polícia comunitária foi Caxias do Sul, por se tratar de um dos dez municípios com maiores índices de violência em nosso Estado, e obteve excelentes resultados na atuação policial militar, sendo que conseguiram reduzir os crimes de roubo em estabelecimentos comerciais em 22,2%, o furto de veículos em 33,6% e homicídios em 57%. A polícia comunitária, em que pese já estivera atuando desde o mandato do governador Tarso Genro, foi criada por decreto em abril de 2014, tornando-se um programa de governo, qual é executado pela segurança pública, por meio da Brigada Militar.

A ideia é aproximar a Polícia Militar da realidade do Bairro e fazer com que ele crie vínculos de confiança com os moradores. O programa objetiva atuar, principalmente, sobre o furto, roubo, homicídio e tráfico, obtendo altos índices de redução nos referidos crimes.

Nesse diapasão, a Polícia Comunitária, por intermédio da Brigada Militar, busca identificar e dirimir os problemas que posteriormente poderão acarretar na quebra da ordem pública, isto é, buscam agir direto na causa para evitar maiores danos e construir uma sociedade mais segura.

Portanto, em que pese os órgãos policiais possuírem condições de obter resultados positivos quanto a garantir a segurança pública, a contribuição da comunidade, junto à força policial, acarreta melhores resultados para suprimir a desordem pública.

No próximo capítulo veremos as formas de conciliação e/ou mediação possíveis juntos aos órgãos policiais, em face do procedimento da Lei nº 9.099/95 e qual a repercussão delas junto ao Poder Judiciário.

### **3 PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Historicamente, desde os primórdios incipientes da sociedade, os conflitos existentes eram resolvidos instintivamente, por meio da força e/ou da violência. Dessa forma, se fazia da autotutela um método de impor seu interesse a outra parte interessada e garantir sua satisfação. Devido a isso, a vida em sociedade fez gerar a necessidade de regulamentação, de modo a resolver os embates de interesses dos grupos sociais.

Ao surgir o Estado, criaram-se meios de autocomposição de conflitos, isto é, quando uma das partes ou ambos interessados abdicam em parte ou total de seu interesse, resolvendo e decidindo entre si o conflito.

Contudo, ao longo do tempo, as partes não conseguiam resolver por si só os conflitos, necessitando a intervenção de um terceiro. Nesse sentido, Cabral (2013, p. 35) dispõe, “mais tarde, a titularidade do poder decisório transfere-se das partes (autonomia) para um terceiro (heteronomia)”.

Esse autor menciona, ainda, que “com a ascensão da figura do Estado, transfere-se para este, gradativamente, o poder decisório dos conflitos, quando passa então, a decidir por intermédio de um terceiro também, agora designado pelo próprio Estado, compondo sua função jurisdicional”.

Nessa esteira, a Constituição Federal atribuiu aos Juizados Especiais Criminais o julgamento e solução desses conflitos, mormente porque os embates entre as partes culminavam em contravenção penal e crimes com penas inferiores há dois anos, isto é, delitos de menor potencial ofensivo.

Portanto, nesse segundo capítulo, busca-se identificar aspectos importantes sobre o rito sumaríssimo, a conceituação de delitos de menor potencial ofensivo e

todas as questões pertinentes aos institutos da negociação, conciliação, mediação e arbitragem, especialmente no que se refere à distinção entre eles.

### **3.1 O Procedimento Sumaríssimo das Leis nº 9.099/95 e nº 10.259/2001 - O conceito de menor potencial ofensivo**

Antes da edição da Lei nº 9.099/95, estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraíba, por meio de leis estaduais, criaram os Juizados Especiais Criminais. (CABRAL, 2013, p. 39-40)

Por seguinte, com a promulgação da Constituição Federal foi proposto o Projeto de Lei nº 1.480/89. O referido projeto restou aprovado e resultou na criação da Lei nº 9.099/95, qual regulamentou o artigo 98, I da CF, que previu a criação de Juizados Especiais, com a finalidade de julgar infrações penais de menor potencial ofensivo e causas cíveis de menor complexidade.

Capez (2010, p. 579) dispõe que essa lei instituiu um novo modelo de justiça:

“O referido artigo 98, I, foi regulamentado pela Lei nº 9.099/95, publicada em 26 de setembro de 1995, e em vigor desde o dia 26 de novembro do mesmo ano. Essa lei instituiu um novo modelo de justiça criminal, na qual passam a ser adotados os seguintes institutos: acordo civil, transação penal e suspensão condicional do processo”.

Outrossim, o autor menciona que “no âmbito processual, dentre as modificações impostas, destaca-se a introdução do Procedimento Sumaríssimo, aplicável somente às infrações que a lei definiu como de menor potencial ofensivo”.

Antes de 2001, a Lei nº 9.099/95, em seu artigo 61, considerava infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a um ano, salvo os de procedimento especial, tais como os crimes contra a honra.

A doutrina de Bitencourt (1995, p. 51), daquela época, inclusive elencava tal entendimento:

“Os crimes tipificados no Código Penal (CP) ou em leis extravagantes, cuja pena máxima cominada não seja superior a um ano, passam a serem

consideradas *infrações de menor potencial ofensivo*, e a competência será dos Juizados Especiais Criminais”.

Por outro lado, a Lei nº 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais, em seu artigo 2º, derogou e ampliou o conceito das infrações de menor potencial ofensivo, considerando como tais os crimes a que a lei comine pena máxima de até dois anos ou multa. Entretanto, a referida lei não previu a exclusão dos crimes julgados através de procedimento especial e o conflito de competência gerado nas esferas estadual e federal.

O autor Capez (2010, p. 582) dispõe que a Lei nº 11.313/2006, visando afastar qualquer dúvida quanto à competência dos Juizados Especiais, mormente no que se refere ao procedimento especial, alterou os dispositivos dos artigos 60 e 61, da Lei nº 9.099/95 e artigo 2º, da Lei nº 10.259/2001, passando a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Consoante Capez (2010, p. 581), são consideradas infrações de menor potencial ofensivo e estão submetidas ao procedimento dos Juizados Especiais Criminais, tanto na Justiça Comum Estadual quanto na Federal:

- a) todas as contravenções penais, qualquer que seja o procedimento previsto;
- b) os crimes a que a lei comine pena máxima igual ou inferior a dois anos de reclusão ou detenção, qualquer que seja o procedimento previsto;
- c) os crimes a que a lei comine exclusivamente pena de multa, qualquer que seja o procedimento previsto.

Santos e Chumentti (2012, p. 423) também adotam o mesmo entendimento:

As regras gerais estão estabelecidas nos artigos 61 da Lei nº 9.099/95 e 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.259/2001, ou seja, são infrações penais de menor potencial ofensivo às contravenções penais (qualquer que seja a pena e ainda que previsto procedimento especial para o seu processamento) e os crimes (previstos no Código Penal ou nas leis extravagantes) aos quais a lei comine pena máxima não superior a dois anos (pena e reclusão ou detenção) ou multa.

Nesse mesmo sentido, manifestou-se o Supremo Tribunal de Justiça:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 3º, ALÍNEA "I", DA LEI Nº 4.898/65. AMPLIAÇÃO DO ROL DOS DELITOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. ART. 61 DA LEI Nº 9.099/95 DERROGADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI Nº 10.259/2001. I - Com o advento da Lei nº 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Criminais na Justiça Federal, por meio de seu art. 2º, parágrafo único, ampliou-se o rol dos delitos de menor potencial ofensivo, por via da elevação da pena máxima abstratamente cominada ao delito, nada se falando a respeito das exceções previstas no art. 61 da Lei nº 9.099/95. II - **Desse modo, devem ser considerados delitos de menor potencial ofensivo, para efeito do art. 61 da Lei nº 9.099/95, aqueles a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa, sem exceção.** III - **Assim, ao contrário do que ocorre com a Lei nº 9.099/95, a Lei nº 10.259/2001 não excluiu da competência do Juizado Especial Criminal os crimes que possuam rito especial, alcançando, por consequência, os delitos de abuso de autoridade.** Recurso desprovido. (STJ, 5ª T., REsp 610211/RJ, Rel. Min. Felix Fischer. J. 15/04/2004, DJ, 07 de Ago. 2004, p. 277).

Diante de todo exposto, verifica-se que as alterações promovidas pelo legislador, acarretaram na pacificação sobre o conceito de infrações de menor potencial ofensivo, elencado no artigo 61, da Lei nº 9.099/95, bem como sobre a competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais. Portanto, os delitos de menor potencial ofensivo são todas as contravenções penais e crimes que a lei comine pena máxima de dois anos, acumulada ou não, qualquer que seja o procedimento previsto, como por exemplo, os crimes de maus tratos (artigo 136, *caput*, Código Penal), calúnia (artigo 138, CP), difamação (artigo 139, CP), injúria (artigo 140, CP), ameaça (artigo 147, CP), assédio sexual (artigo 216-A, CP), adultério (artigo 240, CP), dentre outros.

### 3.1.1 Procedimento Sumaríssimo e suas fases preliminares

A Lei nº 9.099/95 se preocupou em promover, sempre que possível, a conciliação, a transação e a celeridade do processo na resolução dos conflitos, por



meio dos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

O procedimento sumaríssimo, por meio dos critérios supramencionados, detém peculiaridades que o torna diferente do rito comum, principalmente por ser somente adotado nos julgamentos das infrações de menor potencial ofensivo, isto é, crimes que a pena máxima não ultrapasse dois anos e qualquer contravenção penal.

Suas diferenças com os outros procedimentos ocorrem desde o conhecimento da autoridade policial do delito através da ocorrência, que deverá lavrar o Termo Circunstanciado e encaminhá-lo, com o autor do fato e a vítima, ao juizado (artigo 69, *caput*, Lei nº 9.099/95).

Nessa linha, Capez (2010, p. 592) dispõe:

No juizado não há necessidade de inquérito policial. (...). No lugar do inquérito, elabora-se um relatório sumário, contendo a identificação das partes envolvidas, a menção à infração praticada, bem como todos os dados básicos e fundamentais que possibilitem a perfeita individualização dos dados básicos e fundamentais que possibilitem a perfeita individualização dos fatos, a indicação das provas, com o rol de testemunhas, quando houver.

(...) o termo circunstancial é tão informal que pode ser lavrado até mesmo pelo Policial Militar que atendeu a ocorrência, dispensando-o do deslocamento até a delegacia.

Uma vez lavrado o termo, este será encaminhado para o Juizado Especial Criminal e, sempre que possível, com o autor do fato e a vítima. Outrossim, a autoridade que o lavrar deverá fornecer os antecedentes do autor do fato, se houver, uma vez que, em caso afirmativo, atuarão como óbice à transação penal.

Damásio (2010, p. 95), adota o mesmo entendimento ao salientar que “tomando conhecimento do fato, a autoridade policial lavra um Termo Circunstanciado, encaminhando-o com o autor do fato e a vítima ao Juizado Especial Criminal (artigo 69)”.

Entretanto, há casos que importam prisão em flagrante, eis que o autor do fato, após a lavratura do Termo Circunstanciado deveria ser encaminhado ao Juizado Especial Criminal, devendo assinar um Termo de Compromisso que ratifique seu comparecimento à audiência conciliatória aprezada, de modo que o flagrante não seja formalizado nem lhe seja imposta fiança (artigo 69, § único, Lei nº 9.099/95).

No entender dos autores Grinover et al. (2005, p. 96) “a citação será feita de preferência no próprio juizado e só quando isso não for possível se efetuará por mandado”, além disso, explicam que “o importante é evitar o mandado, dando-se maior celeridade à causa”.

Capez (2010, p. 592) aborda a referida hipótese e assevera ao mencionar:

Quanto à prisão em flagrante, não será mais formalizada, nem será imposta fiança, desde que o autor do fato seja encaminhado, ato contínuo, à lavratura do Termo Circunstanciado, ao Juizado Especial Criminal ou ao menos assuma o compromisso de ali comparecer no dia e hora designados.

O referido autor ressalta que o procedimento sumaríssimo tem por fundamento o senso de responsabilidade e confiança no comparecimento das partes, pressupondo-se que ambas são igualmente interessadas na busca do consenso. (CAPEZ, 2010, p. 593)

Na audiência preliminar se buscará uma conciliação entre as partes que poderá ocorrer de duas formas, por composição civil ou por transação penal. Dessa forma, Capez (2010) ao abordar sobre a audiência preliminar explica que a mesma precede ao procedimento sumaríssimo, cuja instauração depende do que nela for decidido. Destina-se à conciliação, tanto cível como penal, estando presentes Ministério Público, autor, vítima e juíza.

Nas palavras de Damásio (2010, p. 63) a audiência preliminar é o momento que deve ser explicado às partes a respeito da possibilidade de conciliação pela transação e composição civil dos danos, bem como os seus efeitos.

Nesse sentido, Capez (2010, p. 594) pondera que na primeira fase, da composição dos danos civis, o Ministério Público não intervém, a não ser que o ofendido seja incapaz. Salaria que a composição dos danos civis somente ocorre nas infrações que intercorrem prejuízos morais ou materiais à vítima.

A Lei nº 9.099/95, em seus artigos 73 a 76, dispõe que nos casos em que for obtida a conciliação, será reduzida a termo, homologada e executado no juízo civil competente, do contrário será dada ao ofendido o direito de representação.

A composição dos danos, segundo Damásio (2010, p. 66) “constitui forma de despenalização, uma vez que, em determinados crimes, como os de ação penal privada e de ação penal pública condicionada à representação, conduz à extinção da punibilidade (artigo 74, § único, Lei nº 9.099/95)”.

O autor ainda faz esclarecimentos quanto aos efeitos acarretados com a homologação do acordo civil:

A homologação do acordo civil acarreta renúncia ao direito de queixa ou representação (artigo 74, parágrafo único). Aplica-se o princípio da autonomia da vontade. O ofendido, voluntariamente, dispõe de suas garantias constitucionais. Na ação penal privada, constitui exceção à regra da nossa legislação criminal, uma vez que o artigo 104 do CP determina que a reparação do dano não implica renúncia tácita ao direito de queixa. (DAMÁSIO, 2010, p. 68).

Damásio (2010, p. 69) pondera que havendo acordo a execução será realizada no próprio Juizado Especial Civil, dentro dos limites de sua alçada (artigo 53, *caput*). Do contrário, “não havendo acordo civil, passa-se à transação penal (artigo 76)”.

Quanto da transação penal, 2ª fase, Capez (2010, p. 594) explica que ela consiste num acordo entre o representante do Ministério Público e o autor do fato, momento que o MP, observando exigências legais, propõe uma pena alternativa, para tanto dispõe:

Superada a fase da composição civil do dano, segue-se a da transação penal. Consiste ela em um acordo celebrado entre o representante do Ministério Público e o autor do fato, pelo qual o primeiro propõe ao segundo pena alternativa (não privativa de liberdade), dispensando-se a instauração do processo.

Grinover et al. (2005, p. 68) compreendem a transação como “concessões mútuas entre as partes e os partícipes” e explica que “o Ministério Público não pode deixar de oferecer acusação em troca da confissão de um crime menos grave da colaboração do suspeito para a descoberta de coautores”.

Os doutrinadores destacam as balizas para a proposta do Ministério Público, além da necessidade de serem preenchidas determinadas condições para a transação que antecede a acusação, condições que estão previstas no artigo 76 e seus parágrafos:

- a) opção entre a pena de multa ou a pena restritiva;
- b) a fixação do valor da pena de multa;
- c) a espécie, o tempo e a forma de cumprimento da pena restritiva.

No entender de Capez (2010, p. 594), o ofendido não participa da proposta da transação penal, sendo que sua aceitação não implica no reconhecimento de culpabilidade. Explica que o juiz não está obrigado a homologar o acordo penal, bem como pode reduzir à metade quando aplicada unicamente a pena de multa. Por fim, salienta que o juiz só poderá deixar de homologar o acordo que não estiver cumprindo as exigências legais (aspectos formais), pois caso discordar do conteúdo ou sentir falta de proposta deverá aplicar o artigo 28 do CP. (CAPEZ, 2010).

No caso de descumprimento da proposta, Capez (2010, p. 597) e Damásio (2010, p. 90) compartilham o mesmo entendimento ao disporem que, nos casos em que o autor não cumprir a pena restritiva de direitos, em consequência, o juiz determinará abertura de vista ao Ministério Público para que requeira a instauração de inquérito policial ou ofereça denúncia.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul possui o mesmo entendimento jurisprudencial ao dispor:

Ementa: HABEAS CORPUS. **TRANSAÇÃO PENAL HOMOLOGADA E DESCUMPRIDA. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL** ORIGINÁRIA. POSSIBILIDADE. Descumprida a transação penal, nenhuma ilegalidade há na desconstituição do acordo realizado entre o Ministério Público e o acusado e prosseguimento da ação penal originária. Precedente do STF. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME. (Habeas Corpus Nº 70052740875, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ícaro Carvalho de Bem Osório, Julgado em 31/01/2013. DJ em 08/02/2013).

Com base no exposto pelos doutrinadores, desde o início do litígio se busca a reparação dos danos causados, evitando a aplicação da pena restritiva de liberdade, por intermédio da conciliação e da transação. Ao que se nota, as fases preliminares, se resume a lavratura do termo, com posterior designação de audiência preliminar e tentativa de conciliação, visando a homologação e cumprimento pelo autor do fato, a transação penal numa segunda fase pré-processual visto que, ambas não aceitas, nesta hipótese dar-se-á início a fase processual que será abordada no próximo tópico.

### 3.1.2 Procedimento processual

A fase processual inicia-se após frustrada a transação penal, momento que o representante do Ministério Público poderá requerer o arquivamento do procedimento, a devolução dos autos à polícia para realização de diligências complementares ou imprescindíveis e/ou encaminhamento do Termo Circunstanciado ao juízo comum, em face da complexidade da causa. Não ocorrendo nenhuma dessas hipóteses, será oferecida a denúncia oral (artigo 77, §3º). (CAPEZ, 2010).

Grinover et al. (2005, p. 177) afirma que “o procedimento sumaríssimo da Lei nº 9.099/95 terá início na própria audiência preliminar, desde que não tenha sido possível a transação penal, como aplicação de pena restritiva de direitos ou multa”.

Os doutrinadores explicam que “verificada a impossibilidade de transação, a lei é clara ao determinar que, tratando-se de ação pública, a denúncia será apresentada de imediato pelo membro do Ministério Público”, além de que “nos casos de ação de iniciativa do ofendido, a queixa oral poderá ser oferecida”.

Importante mencionar que ao analisar a legislação (Lei nº 9.099/95), cumpre frisar, que na fase preliminar, o sujeito ativo da infração é denominado “autor do fato”, já no processo sumaríssimo é designado de “acusado” (DAMÁSIO, 2010).

Capez (2010) esclarece que depois de oferecida a denúncia ou queixa, a mesma será reduzida a termo, encaminhando-se cópia ao acusado, que ficará citado e cientificado da designação da audiência de instrução e julgamento (artigo 78, *caput*).

Saliente-se que a Lei dos Juizados Especiais em seu artigo 18, §2º e artigo 66, § único, estabelece que a citação se dará pessoalmente, por Oficial de Justiça ou por correspondência de recebimento em mão própria, afastando a hipótese de citação por edital ou por hora certa.

O rol de testemunhas, segundo o autor, deve ser apresentado no prazo de cinco dias antes da audiência aprazada, sob pena de o juizado ficar dispensado de

intimá-las e não necessitar prorrogar a audiência em virtude das ausências. (CAPEZ, 2010, p. 599).

Explica Damásio (2010, p. 100) que a intimação das testemunhas se dará segundo os termos do artigo 67, da Lei nº 9.099/95.

A audiência será célere e direta, preservando os princípios da oralidade atrelados ao da concentração, ou seja, a instrução ocorrerá em uma única audiência. O defensor terá a palavra para responder à acusação de forma oral, devendo se manifestar quanto ao recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa. Saliente-se que somente depois da resposta da acusação, será recebida a denúncia ou queixa. No caso de rejeição caberá recurso de apelação, em dez dias. Contudo, caso seja recebida, passa-se para o início da instrução. (CAPEZ, 2010, p. 599).

Dessa forma, ocorrerá o devido prosseguimento que, segundo Capez (2010, p. 599) se dará por meio da oitiva da vítima, testemunhas de acusação e defesa, com posterior interrogatório do acusado e debates orais de vinte minutos para cada uma das partes. Por fim, é prolatada a sentença.

Portanto, pelo que se vislumbra, a fase processual somente se dará no momento em que frustrada a transação e/ou ante a não reparação do dano à vítima, sendo que, neste momento, poderá ser ofertada a denúncia ou queixa, pelo representante do Ministério Público ou querelante. O acusado que cometeu a infração, cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano, obterá o direito da suspensão condicional do processo, que será abordada no tópico a seguir.

### **3.1.3 Suspensão condicional do processo**

A suspensão condicional do processo, conhecida por “Sursis Processual”, visa uma alternativa à jurisdição penal e está disciplinada na Lei nº 9.099/95, em seu artigo 89, que dispõe:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido

condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

Damásio (2010, p. 122), explica que dependendo do caso em contendo, o Promotor de Justiça poderá indicar o Sursis Processual, por exemplo, nos casos que não sejam de arquivamento do feito e de conciliação civil:

Diante do caso concreto, o Promotor de Justiça pode indicar: ... 2º) a suspensão condicional do processo (art. 89). Se não for hipótese de arquivamento do feito e de conciliação civil extintiva da punibilidade.

Esclarece, ainda, que o Juizado Especial Criminal (JECrim) só pode aplicar o Sursis nas ações penais por infrações de sua competência, nas contravenções e nos delitos a que a norma incriminadora comine pena mínima igual ou inferior a um ano.

Diante disso, o MP, ao oferecer a denúncia, de imediato poderá propor a suspensão do processo, sob as condições contidas no artigo 89, §1º, podendo especificar outras condições a que ficará subordinada a suspensão (artigo 89, §2º):

§1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

Segundo Grinover et al. (2005, p. 253), a suspensão condicional do processo deve ser ofertada junto com a denúncia para sua concretização da proposta:

O momento do oferecimento da denúncia é o corretamente adequado, em princípio, para a concretização da proposta de suspensão. Sendo aceita, o juiz pode suspender o processo. O que temos, em síntese, em termos conceituais, é a paralisação do processo, com potencialidade extintiva da punibilidade, caso todas as condições acordadas sejam cumpridas durante determinado período de prova.

Por sua vez Capez (2010, p. 608), ao abordar o tema do Sursis Processual explica que uma vez aceita a proposta, esta se torna irretratável, salvo em caso de comprovado vício de consentimento, tais como erro ou coação.

Nesse mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal tem decidido:

EMENTA: “HABEAS CORPUS” - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO PENAL - ACEITAÇÃO PELO RÉU - ESTRITA OBSERVÂNCIA DE TODOS OS REQUISITOS FIXADOS NO ART. 89 DA LEI Nº 9.099/95 - ATO IRRETRATÁVEL, SALVO SE COMPROVADO QUE A MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO ACUSADO ACHA-SE AFETADA POR VÍCIO DE CONSENTIMENTO, COMO O ERRO E A COAÇÃO - ATO QUE NÃO APRESENTA QUALQUER NULIDADE - ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA - ATIPICIDADE DA CONDUTA - INOCORRÊNCIA - OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS FIXADOS PELO ART. 41 DO CP - PEÇA ACUSATÓRIA QUE ATENDE, PLENAMENTE, ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS - CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA ESSENCIALMENTE PROBATÓRIA - INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO “HABEAS CORPUS” - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - PEDIDO INDEFERIDO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: ACEITAÇÃO PELO RÉU. IRRETRATABILIDADE. - No sistema dos Juizados Especiais Criminais, a aceitação, pelo réu, da proposta de suspensão condicional do processo penal, que tenha sido formulada pelo Ministério Público com estrita observância de todos os requisitos fixados no art. 89 da Lei nº 9.099/95, constitui ato irretratável, salvo se comprovado que a manifestação de vontade do acusado acha-se afetada por vício do consentimento, como o erro e a coação. INOCORRÊNCIA DE INÉPCIA DA DENÚNCIA QUANDO ELA ATENDE A TODAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS. - A denúncia, quando contém todos os elementos essenciais à adequada configuração típica do delito e atende, integralmente, às exigências de ordem formal impostas pelo art. 41 do CP, não apresenta o vício nulificador da inépcia, pois permite, ao réu, a exata compreensão dos fatos expostos na peça acusatória, ensejando-lhe, desse modo, o pleno exercício do direito de defesa. TIPICIDADE DA CONDUTA - PRETENDIDA DESCARACTERIZAÇÃO DESSE PRESSUPOSTO LEGAL - NECESSIDADE, PARA TANTO, DE REEXAME DE FATOS E DE PROVAS - INVIABILIDADE DESSA ANÁLISE NA VIA SUMARÍSSIMA DO “HABEAS CORPUS”. - A ação de “habeas corpus” - de caráter sumaríssimo - constitui remédio processual inadequado, quando ajuizada com objetivo (a) de promover a análise aprofundada da prova penal (b) de efetuar o reexame do conjunto probatório regularmente produzido (c) de provocar a reapreciação da matéria de fato e (d) de proceder à revalorização dos elementos indiciários e/ou instrutórios coligidos no procedimento penal. Precedentes. (Grifei). (HC 79810, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/05/2000, DJe-231 DIVULG 23-11-2012 PUBLIC 26-11-2012 EMENT VOL-02666-01 PP-00015)

Por outro lado, o artigo 89, *caput*, da Lei nº 9.099/95 e artigo 77 do CP, preveem os pressupostos indispensáveis para que o oferecimento da suspensão seja possível, quais sejam:

- a) o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime;
- b) o condenado não seja reincidente em crime doloso;



- c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; e
- d) não seja indicada ou cabível a substituição prevista no artigo 44 do CP (penas restritivas de direitos).

Contudo, caso os pressupostos não sejam satisfeitos, o juiz irá designar a audiência de instrução e julgamento, momento que será recebida a denúncia e dado posterior prosseguimento.

Importante dizer que Damásio (2010, p. 124) explica os benefícios da suspensão ao acusado, quais sejam:

- a) evita a prisão;
- b) não obriga o acusado ao constrangimento de comparecer várias vezes como réu perante a Justiça Criminal;
- c) reduz o custo do delito;
- d) diminui o volume de serviço judiciário, permitindo que a Justiça cuide como maior zelo da criminalidade violenta (espaço de conflito).

Frisa-se, ainda, que o artigo 89, §§3º e 4º, da Lei nº 9.099/95, também prevê a possibilidade de revogação do benefício da suspensão condicional, isto é, quando o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção ou descumprir qualquer outra condição imposta. Contudo, o mesmo artigo prevê que o cumprimento da suspensão condicional extingue a ação com decretação da extinção da punibilidade.

Portanto, presume-se, a partir do exposto, que a proposta da suspensão condicional do processo é uma medida alternativa, possível nos casos da Lei nº 9.099/95, visando benefício ao acusado e a não instauração de ação judicial. É um meio que desburocratiza o processo penal, visto retirar a ilicitude da conduta praticada, evitando a aplicabilidade da pena. Ao mesmo tempo auxilia a evitar a prisão e o trauma do processo, diminuindo o volume de serviço do judiciário.

### 3.2 Meios consensuais de solução de conflitos

No contexto em que vivemos, passamos por crises estruturais, violência, insegurança, tensões sociais, com as constantes reivindicações pela falta de empregos que, por consequência, aumentam mais a procura pela Justiça, com o intuito de dirimir o desespero (CACHAPUZ, 2006).

Fiorelli et al. (2008, p. 47-48) explica que “os seres humanos demonstram, entretanto, maior habilidade para se envolver em conflitos do que para lidar com eles, talvez porque a maneira como se deve gerenciar um conflito depende de diversos fatores, tais como, o conflito em si, características dos envolvidos e do ambiente, urgência e experiências semelhantes ou idênticas anteriores”

Para Cachapuz (2006, p. 17) “na realidade, nossa sociedade desenvolveu uma cultura litigiosa, dentro da qual prevalecem apenas as resoluções tomadas pela jurisdição estatal, confiando somente a ela, a capacidade jurídica e também física de resolver todos os problemas”.

Diante disso, criaram-se instrumentos consensuais de solução de conflitos, quais sejam, arbitragem, negociação, conciliação e mediação, conhecidos pela sigla “MESC”, que significa Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos (FIORELLI et al., 2008, p. 51), os quais serão abordados nos tópicos seguintes.

#### 3.2.1 Conciliação

A conciliação é um meio de resolução de conflitos, desta forma Fiorelli et al. (2008, p. 56) conceituam conciliação como “um método cooperativo de resolução do conflito que tem por finalidade de colocar fim ao *conflito manifesto*”.

Para Cachapuz (2006, p. 18) a conciliação é um “meio de resolução de conflitos, judicial ou extrajudicial, de natureza processual, a conciliação equivale à transação no direito material, onde um terceiro busca uma solução para resolver o litígio”.

Na compreensão de Sales (2004, p. 37) “a conciliação é uma forma consensual de resolução de conflitos semelhante à mediação, porém não se pode confundi-las”.

Compreende Cachapuz (2006, p. 19), que “o conciliador deve buscar todas as soluções jurídicas, para o caso concreto, com suas reais consequências, para que as partes possam tomar uma solução de imediato, pois sua função é terminar, desde logo, o conflito através do acordo de vontades”. Explica, ainda, que a conciliação difere-se da mediação quando a mesma objetiva “soluções imediatas para a contenda, ignorando a busca das causas geradoras do conflito, bem como dá poderes ao árbitro de trazer a solução ou sentença obrigatoriamente”.

Acentua Sales (2004, p. 39) que a conciliação se diferencia da mediação:

[...] porque, na primeira o tratamento do conflito é superficial, encontrando-se um resultado parcialmente satisfatório em um acordo; já na segunda, é aprofundado e o acordo representa total satisfação. A decisão pela aplicação de uma ou de outra técnica pode residir no fato de existir ou não relacionamento entre as partes envolvidas no conflito. Se existir um vínculo entre elas (família, vizinhos, colegas de trabalho), para a manutenção e aprimoramento desse vínculo, a mediação se torna bastante adequada. Por outro lado, quando não há relacionamento entre as partes ou em relacionamentos circunstanciais (compra e venda casual, acidentes entre desconhecidos, colisões automobilísticas), a conciliação apresenta-se como meio satisfatório de solução de conflitos.

Ressaltam Fiorelli et al. (2008, p. 59) que a conciliação apresenta algumas limitações, sendo elas:

- a) o poder educativo do processo continua limitado;
- b) os envolvidos, focalizados na questão objetiva (por exemplo, o pagamento dos danos provocados pelo acidente de trânsito), não perceberão, necessariamente, outros aspectos relacionados com ela (as causas, como evitar novas ocorrências, comportamentos que deveriam e poderiam ser evitados; consequências de dirigir concentrado em outros problemas ou sob efeitos de álcool ou noite mal dormida);
- c) acontece a negociação tradicional, com movimentos de ceder, transigir, trocar, permutar, barganhar etc.; “cada um dos lados toma uma posição, defende-a e faz concessões para chegar a uma solução de compromisso”, a qual pode não ser a melhor para qualquer das partes.

Desta forma, o conciliador busca alternativas cabíveis ao caso contencioso, de modo que as partes tomem uma solução imediata, dando fim ao conflito por meio do acordo de vontades, respeitando suas limitações. Contudo, destaca-se que a

conciliação, na Lei nº 9.099/95, é legítima, e é o meio de solucionar lides nos casos dos Juizados Especiais Cíveis, observando os casos em específico na legislação.

### 3.2.2 Negociação

A negociação é um processo voluntário que acontece quando as partes buscam soluções para resolver suas negociações, podendo ocorrer somente entre elas, ou utilizar-se de um terceiro, baseando-se em estilos e estratégias próprias (CACHAPUZ, 2006, p. 20).

Além disso, a autora dispõe que:

Na negociação não é necessária a presença do conflito, apenas pode ocorrer uma situação imprevista ou algum esclarecimento sobre determinada coisa, sem que os envolvidos entrem em litígio. É um processo voluntário que não exige a participação de um terceiro, simplesmente as partes ou seus representantes firmam um acordo aceito por ambos. (CACHAPUZ, 2006, p. 20).

Para Sales (2004, p. 36) “a negociação é um procedimento muito comum na vida do ser humano. As pessoas estão sempre negociando a qualquer tempo e lugar”.

No entender de Fiorelli et al. (2008, p. 55)

A negociação é, e sempre foi, muito utilizada para lidar com situações de conflito; as perdas e os ganhos de cada parte são colocados na mesa e constituem as cartas com as quais a negociação se desenvolve, com objetivos claramente definidos.

Na moderna negociação, compreende-se que negociar não é discutir, é conversar com um objetivo em mente. Também não se confunde com manipulação, posto que esta consiste em um indivíduo convencer outra pessoa de que está certo, quando sabe que está errado. Negociar não exige agressividade; requer determinação e preparação, acima de tudo.

Além disso, o autor explica que a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, por meio do “Método de Harvard”, criou e aperfeiçoou métodos de gestão de empresas, entre os quais o de negociação, baseando-se em alguns princípios aplicáveis também na mediação de conflitos:

- a) separar as pessoas do problema;
- b) concentrar-se nos interesses e não nas posições;
- c) criar várias possibilidades antes de decidir;
- d) insistir em um resultado objetivo, independente de vontades;

- e) lembrar que na negociação não há opositores ou adversários, e sim participantes.

Segundo Sales (2004, p. 37) para a negociação se tornar eficaz:

[...] impõe-se a existência da vontade das partes envolvidas para a solução do problema, dependendo exclusivamente de suas habilidades a superação das desconfianças e a dissipação das animosidades, criando vínculos cooperativos entre elas. (...) para que haja uma boa negociação são necessários quatro elementos básicos: a separação das pessoas do problema, a concentração nos interesses e não nas posições, a criação de uma variedade de possibilidades antes da decisão padrão, objetivo que sustenta o resultado.

Todavia, Fiorelli et al. (2008, p. 55) explicam que a “negociação” direta nem sempre se mostra vantajosa, uma vez que realizada por pessoas leigas ou despreparadas. Assim, dispõe sobre algumas desvantagens:

Quando um dos lados possui maior poder (físico, econômico, emocional), terá facilidade para exercê-lo a seu favor e, com isso, conquistar as cartas que mais lhe interessam, praticada sem a devida técnica, ela acentua as diferenças a favor do mais forte;

Nada obsta que uma parte atue com malícia e perversidade e se valha desse comportamento para auferir vantagens; isso pode acontecer em todos os métodos, porém, como na negociação não há influência de terceiros, a conduta má é ainda mais beneficiada. Todavia, a técnica de negociação possui diversos métodos para se descobrir, esvaziar e usar essa má-fé contra seu próprio autor;

Um dos lados pode ter grande experiência em negociar e aproveitar-se da ingenuidade ou despreparo do outro. É comum empresas de grande porte terem ou contratarem negociadores profissionais, com o objetivo de construir acordos vantajosos para elas na negociação de dívidas e compromissos assumidos com outras empresas, clientes e colaboradores; Diferenças de personalidade contribuem para pender a negociação para um lado ou outro. Quando uma das partes apresenta timidez, dificuldade para se expressar, e a outra se mostra agressiva, independente, bem-falante, a mesa de negociação se desequilibra.

Dessa forma, o autor menciona que “o negociador capacitado, de posse de todas as técnicas de negociação, consegue equilibrar as diferenças e minimizar estas desvantagens”.

Portanto, a negociação baseia-se em um conflito ou uma situação imprevista, que não exige a participação de um terceiro, somente das partes e seus representantes e objetiva chegar a um resultado mutuamente satisfatório para que o equilíbrio retorne.

### 3.2.3 Arbitragem

Meio extrajudicial de resolução de conflitos, amparada na Lei nº 9.307/96, a arbitragem busca, através de um terceiro (árbitro), a resolução de um litígio. (CACHAPUZ, 2006, p. 20)

A autora compreende ainda que,

[...] o arbitramento se restringe a direito disponível (patrimonial), e o árbitro tem poderes de funcionário público, sendo eu sua sentença gera título executivo judicial e tem força de coisa julgada, limitando-se, no entanto, a dizer o direito, pois a *executio* permanece com o Estado. (CACHAPUZ, 2006, p. 20).

Para Sales (2004, p. 41), “a arbitragem, por sua vez, é um procedimento no qual as partes elegem um árbitro para solucionar as divergências. Na arbitragem, ao contrário da negociação e da mediação, as partes não possuem o poder de decisão, o qual se encontra a cargo do árbitro”.

Por sua vez, Fiorelli et al. (2008, p. 53), compreendem que “na arbitragem, outro método adversarial, a decisão também cabe a um terceiro, o árbitro, escolhido pelas partes”.

Os doutrinadores explicam, ainda, que:

A chamada “Lei Marco Maciel”, Lei nº 9.307/96, veio com o intuito de implementar o uso nacional da arbitragem e defini-la como um dos mais eficazes métodos alternativos de resolução de conflitos, ao lado da “mediação”, da “negociação” e da “conciliação”. Para tanto, ela trouxe inúmeras inovações e eliminou todos os obstáculos até então existentes.

Em vista dessas inovações, Sales (2004, p. 42) menciona que:

O árbitro é juiz de fato e de direito e a decisão arbitrada não é sujeita a homologação ou passível de recurso no Poder Judiciário. O cumprimento da decisão é obrigatório. O árbitro deverá ser um técnico ou especialista no assunto em discussão, para dar um parecer e decidir a controvérsia. Ao árbitro é atribuído o poder de um Juiz de Direito e a sua decisão é soberana.

Esclarecem Fiorelli et al. (2008, p. 53) que “a arbitragem, salvo casos excepcionalíssimos, não é imposta às partes, tendo em vista que somente poderá ocorrer quando existir “cláusula compromissória”, ou então, o “compromisso arbitral” firmado pelos interessados”. Outrossim, explicam que os advogados “com a

celeridade, objetividade e efetividade do processo arbitral, obtém resposta aos reclamos de seus clientes de forma ágil e satisfatória”.

Importante destacar que, segundo Fiorelli et al. (2008, p. 54), a arbitragem possui vantagens às partes, quais sejam:

- a) a especialidade (as partes indicam os árbitros que irão atuar na causa, normalmente um especialista no assunto);
- b) o sigilo (a arbitragem é processada em segredo, sem publicidade);
- c) a rapidez (em questões mais simples, a solução pode ser dada em aproximadamente 90 dias);
- d) a efetividade (por lei, a sentença arbitral tem efeito de coisa julgada, contra ela não cabendo qualquer recurso);
- e) a realização em um ambiente menos formal e mais flexível, sem o rigor dos processos judiciais.

Diante do teor exposto, o arbitro é um “julgador” dotado de confiança pelas partes, baseado na especialidade que possui sobre determinada matéria e na idoneidade. A arbitragem designada a ele se restringe a direitos disponíveis (patrimoniais), bem como dar seu parecer e solucionar a controvérsia, por meio de sua decisão.

### **3.2.4 Mediação**

A mediação se diferencia dos demais meios, visto que ela é um meio extrajudicial de resolução de conflitos, onde um terceiro é chamado para encaminhar as partes a chegarem uma solução ou acordo (CACHAPUZ, 2006).

Para Fiorelli et al. (2008, p. 58) “a mediação constitui um processo de transformar antagonismo em convergências, não obrigatoriamente em concordâncias, por meio da intervenção de um terceiro escolhido pelas partes”. Além disso, compreendem que “a mediação atua para promover a gestão dos conflitos por meio de realinhamento das divergências entre as partes, os mediandos”.

Nas palavras de Vezzulla (2006, p. 63):

A mediação de conflitos já é conhecida na maior parte do mundo como o procedimento que, associado ou não ao sistema judicial tradicional, pode ser usado na abordagem dos conflitos interpessoais. Todos os autores consultados coincidem em descrever esta abordagem por sua informalidade

e a partir da sua diferenciação dos outros procedimentos, por estar baseada no diálogo, na cooperação e no respeito entre os participantes.

Em outros trabalhos, temos apontado as características diferenciais da mediação de conflitos a respeito do processo judicial (formal, adversarial e impositivo), da negociação cooperativa (diálogo com objetivo resolutivo, autocompositivo), da conciliação (procedimento rápido que inclui um terceiro que orienta e até pressiona na obtenção de um acordo que, ainda que não satisfaça totalmente, consegue encerrar o assunto) e da arbitragem (procedimento privado e misto: negocial e impositivo, que parte da escolha livre de um terceiro para decidir sobre uma questão de sua competência).

Na compreensão de Cachapuz (2006, p. 28) a mediação “estabelece que ela seja um meio extrajudicial de resolução de conflitos, onde um terceiro é chamado para encaminhar as partes a chegarem uma solução ou acordo” e por meio dela “(...) se pode vislumbrar a satisfação real no término do desajuste, pois é enfatizado que não há culpa nem culpados, e que as partes, conjuntamente, devem buscar uma solução com a ajuda do mediador”.

Nessa linha, a autora explica que:

A mediação de conflitos consiste num instituto que visa fundamentalmente dar fim efetivo ao conflito, emocional e jurídico, pois ele busca as causas que o geraram para encaminhar as partes a detectarem a razão que as levou a chegarem a tal desentendimento para que possa achar a solução mais favorável, sem se sentirem lesadas. (CACHAPUZ, 2006, p. 31).

A corroborar entendimentos supramencionados, o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA, do Brasil, em seu Regulamento Modelo de Mediação, explica mediação como:

A mediação é um processo não-adversarial e voluntário de resolução de controvérsias por intermédio do qual duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, buscam obter uma solução consensual que possibilite preservar o relacionamento entre elas. Para isso, recorrem a um terceiro facilitador, o Mediador-especialista imparcial, competente, diligente, com credibilidade e comprometido com o sigilo; que estimule, viabilize a comunicação e auxilie na busca da identificação dos reais interesses envolvidos.

O Mediador, através de uma série de procedimentos e de técnicas próprias, identifica os interesses das partes e constrói com elas, sem caráter vinculativo, opções de solução, visando ao consenso e/ou à realização do acordo. (CONIMA, s.d, texto digital).

Acentua Fiorelli et al. (2008, p. 59) que:

O mediador identifica a presença e a dimensão do capital emocional que cada um dos mediandos dispõe para investir e atua para que eles adquiram essa compreensão. Por exemplo, na guarda de filhos, o capital emocional é



representado pela felicidade, saúde, segurança e perspectivas futuras das crianças, cujo valor cada um dos mediandos, subjetivamente, estabelece.

Outrossim, os autores compreendem que a mediação é fundamental, pois aplica-se em conflitos de longa duração, entre indivíduos que manterão algum relacionamento futuro:

A mediação aplica-se a substancial parte dos conflitos (familiares, trabalhistas, societários, religiosos, étnicos, político-partidários, ambientais etc.) porque, em essência, eles constituem conflitos de longa duração, entre pessoas que deverão manter algum tipo de relacionamento futuro, pode ser utilizada “em um ambiente formal para dirimir querelas multimilionárias, ou [...] para solucionar um problema com os vizinhos”

Destaca-se que Sales (2004, p. 44) acentua a distinção da mediação dos outros meios alternativos de solução de conflitos:

Distingue-se a mediação dos demais meios alternativos de solução de conflitos, principalmente porque, no processo de mediação, existe a preocupação em criar vínculo entre as partes, transformar e prevenir conflitos. O mediador ajuda as partes entender o conflito como algo transitório, uma ponte para a evolução da comunicação e da convivência. O mediador acalma os ânimos, ajudando as partes a resolverem o conflito com tranquilidade.

Portanto, a mediação propõe solucionar os conflitos, com auxílio de um terceiro que, por meio de um diálogo e mútua cooperação, visa pacificar, resolver, prevenir e incluir os conflitos existentes entre familiares, trabalhistas, societários, religiosos, dentre outros, que obterão um relacionamento de longa duração.

### **3.3. A possibilidade e o motivo de novos mecanismos de resoluções de conflitos**

Na sociedade contemporânea têm ocorrido diversas mudanças, especialmente nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas que exigem uma regulação e alteração das leis existentes.

A tecnologia e a globalização têm causado grande impacto, acarretando a desregulamentação e desburocratização dos direitos da sociedade.

Na atualidade, os cidadãos propõem ao Poder Judiciário conflitos a serem resolvidos de diversas situações sociais, sendo que os métodos existentes, podem se tornar insuficientes.

Notável é que, apesar do Poder Judiciário atuar com celeridade e eficiência, nos casos de diversidade, a organização judiciária não tem suprido as necessidades e desejos dos cidadãos. Dessa forma, a sociedade almeja novos mecanismos que se demonstrem eficazes e adequados aos casos que tem surgido.

Nesse entendimento, Bacellar (2004, texto digital) explica:

O modelo tradicional de jurisdição (pelo Poder Judiciário) ainda carrega consigo a característica da conflituosidade (ganha/perde), enquanto surgem experiências que propõem um modelo consensual (ganha/ganha) para solução das demandas.

Devemos caminhar com passos articulados, a destino do aperfeiçoamento de novas técnicas que propiciem à população o mais amplo acesso à justiça, com a rápida, eficaz e pacífica solução dos litígios.

(...)

Já é hora de amanhecer um novo dia e surgir um novo tempo que revigore a cultura mediacional. Cabe a observação de que a resolução dos conflitos, primeiramente, deve ser buscada pelos interessados. É obrigação recíproca entre os cidadãos a condução inicial de suas disputas; todos devem cumprir seus deveres, e só excepcionalmente apresentar divergências ao Poder Judiciário.

Nesta perspectiva é que vejo com bons olhos o conhecimento ou o aperfeiçoamento de técnicas que auxiliem na solução pacífica das controvérsias.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de criar novas alternativas adequadas ou novos meios que solucionem a contenda entre as partes, antes do encaminhamento ao órgão judicial, objetivando dirimir a demanda judiciária ao JECrim. Assim, no próximo capítulo será abordada a possibilidade de mediação nos órgãos de polícia, como alternativa de resolver os conflitos.

## **4 A POLÍCIA CIVIL E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS**

No Brasil, o tema segurança pública é um dos assuntos que mais tem gerado debates, especialmente, devido ao aumento do nível de criminalidade e os muitos episódios de violência. Destarte, o Governo Federal tem implantado um projeto, chamado Programa Mediar, que visa à aproximação da sociedade com a Polícia Comunitária, inovando o modelo habitual da polícia restaurativa.

O Governo Federal, por meio deste programa, foca dirimir demandas judiciais promovendo a reconciliação entre as partes, por meio do agente policial mediador. A base e os princípios que norteiam esse projeto é a informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual, objetivando tornar mais céleres e eficazes os litígios sociais abrangidos pelos crimes de menor potencial ofensivo na forma da lei.

O projeto tem gerado seus primeiros impactos e tem sido incorporado sucessivamente nos bairros, municípios e estados. Dessa forma, esta seção terá como objetivo examinar eventuais problemáticas que (in)viabilizam a implementação do Programa Mediar, abordando eventuais experiências em outras comarcas, bem como a viabilidade da implementação nos órgãos de polícia de Lajeado/RS, examinando os efetivos resultados.

### **4.1 Programa Mediar**

O Programa Mediar foi implantado pela primeira vez no Brasil no ano de 2006, no estado de Minas Gerais, expandindo-se posteriormente a outros estados e municípios.

De acordo com o material explicativo fornecido pela Polícia Civil, no Rio Grande do Sul o modelo foi instaurado em meados de 2013, com o intuito de restabelecer a relação entre a parte autora e vítima do conflito.

O projeto da Unidade Policial estipula que “o programa de mediação do Rio Grande do Sul se norteia pela metodologia técnica operacional da mediação transformativa de conflitos, prescrita através das Portarias nº 168/2014 e nº 169/2014 da Chefia de Polícia”.

As referidas portarias estabelecem aos agentes, inspetores e delegados de polícia que incorporam o projeto, diretrizes e atribuições relativas ao Programa Mediar/RS.

O objetivo da mediação é lidar nos casos em que as partes mantêm algum tipo de vínculo ou relação (vizinhos, parentes, irmãos, amigos) e, visando uma resolução mansa e pacífica, de modo que evite o conflito por meio da justiça.

Nesse sentido, “o projeto visa transformar o nível de comunicação entre as partes, de uma forma polarizada para uma forma transversal, tolerante, inclusiva, racional e pacificada para que as partes encontrem a melhor solução para elas”. (ver Anexo A - Folheto da Polícia Civil)

Segundo o projeto da Polícia Civil, “os núcleos operam em diversas delegacias do estado do Rio Grande do Sul, sendo compostos por uma equipe interdisciplinar de policiais, com formação em diversas áreas de conhecimento, que atuam na condução dos atendimentos seguindo os métodos e princípios do Programa Mediar”.

Consoante o material fornecido, o modelo do Rio Grande do Sul está focado nos seguintes propósitos:

- a) futuro das relações;
- b) compreensão das condições desencadeadoras do conflito;
- c) proporciona empoderamento das partes;
- d) agrega;
- e) estabelece a compreensão como meio de controle social;
- f) proporciona paz social;
- g) é meio de aplicação: diálogo e reflexão;
- h) diminui o volume de processos judiciais.

Consoante Miranda (2011, p. 75) o projeto tem atuado nos altos índices de vulnerabilidade e exclusão social e tem auxiliado nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo:

O Programa Mediar vem atuando em aglomerados urbanos que apresentam altos índices de vulnerabilidade e exclusão social. A mediação é realizada nas delegacias, por Policiais Civis com o objetivo de auxiliar no manejo de casos de infrações penais de menor potencial ofensivo (de acordo com a Lei nº 9.099/95), prevenir a violência e promover a paz social.

O Programa Mediar é realizado por meio de etapas, visando à celeridade e eficiência na resolução dos conflitos existentes. Assim, as fases da mediação iniciam-se com a vítima procurando a Delegacia de Polícia e relatando o fato, formalizando e registrando o conflito, através de um Boletim de Ocorrência.

Posteriormente, o caso é levado à autoridade que fará a análise do mesmo, verificando então a possibilidade de mediação, segundo emana a Portaria nº 168/2014 e encaminhando, caso positivo, ao núcleo responsável local em que será feita a pesquisa complementar.

Neste momento a equipe de mediação entrará em contato com as partes envolvidas, convidando-as para comparecer à Delegacia de Polícia.

Inicia-se então a etapa de pré-mediação, que consiste em uma audiência individual com as partes, iniciando-se pelo demandante, em que lhes é oportunizada a oportunidade de falar acerca das razões que levaram ao conflito, o que sentem em relação aos fatos e como este poderia ser solucionado para a restauração da convivência. Oportuniza-se então a participação no programa e em caso de resposta positiva, a audiência segue de forma conjunta com a outra parte.

A audiência conjunta proporciona às partes a oportunidade de exporem de forma respeitosa seus posicionamentos. O mediador tem papel fundamental neste momento, facilitando o diálogo entre as partes, buscando chegar a um acordo de convivência e firmando um compromisso. Cumprindo-se então, desta forma, o princípio da justiça restaurativa.

A disponibilidade de um ambiente dentro das Delegacias de Polícia restou inovadora, pois se mostra uma melhor alternativa ao direito penal na resolução de conflitos de menor potencial ofensivo.

#### **4.2 A experiência da mediação nas delegacias de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul**

O Programa Mediar é uma nova prática desenvolvida por delegacias civis no RS, sendo, até o presente momento, implantado nas comarcas de Lajeado, Gramado, Três Passos, Panambi, Cruz Alta, Sapiranga, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Veranópolis, Porto Alegre, entre outras.

Pelo que se constata, através de reportagens junto ao site da Polícia Civil do RS, o Programa Mediar tem crescido pelo estado, o mesmo visa expandir princípios da Justiça Restaurativa.

Conforme as reportagens constantes no site da Polícia Civil, (ver Anexos deste trabalho), o projeto foi transformado em programa da Polícia Civil, por meio da Portaria nº 168/2014 da Chefia de Polícia, com o intuito de avançar nos ideais de mediação não punitivas. A técnica deste processo é a aplicação da harmonia nos litígios, controvérsias e problemas, adequando-se assim a uma tendência de diálogo e consenso.

Ainda segundo estas reportagens, na Grande Porto Alegre, o programa tem evoluído, visto que restou criada, no mês de agosto 2016, a Central de Termos Circunstanciados (TC), com o objetivo de reunir todas as ocorrências relacionadas às infrações penais de menor potencial ofensivo, registradas nas delegacias de Porto Alegre, em um só sistema cartorário. A Central de Termos Circunstanciados (TC) funciona nas dependências da 13ª Delegacia de Polícia, em Porto Alegre, que também disponibilizará o Núcleo de Mediação de Conflitos.

Além disso, a aplicação do programa tem, assim que implantado, gerado bons resultados no município de Canoas, sendo que restaram analisados 131 casos, dos quais 50 mantiveram interesse em representar criminalmente, 25 não cabiam mediação em razão da periculosidade, 33 reconciliaram-se antes da audiência e 23

dos casos reconciliaram-se na audiência de mediação. Consoante pesquisa, não houve reincidência de conflito entre as partes.

O programa tem se mostrado eficaz, uma vez que proporciona índices satisfatórios de sucesso na mediação. Destaca-se neste projeto a importância da comunicação, do diálogo na solução de conflitos, seguindo uma tendência mundial de apaziguamento através da comunicação.

As ideias de mediação têm evoluindo gradativamente e a sua implantação nas delegacias de polícia é um grande avanço no cumprimento dos princípios já consolidados no procedimento dos Juizados Especiais, que são os princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade e economia processual.

#### **4.3 A (in)viabilidade da implementação das mediações nos órgãos de polícia de Lajeado/RS**

A proposta do Programa Mediar, por meio da Portaria nº 168/2014 da Chefia de Polícia, tem como base o princípio da justiça restaurativa e almeja avançar nos ideais de mediação não punitivas. A técnica desse projeto é compilada na aplicação do apaziguamento nas controvérsias, problemas e contendas, se adequando a moda mundial que utiliza o diálogo e o consenso nas controvérsias.

O programa tem por objetivo, principalmente a prevenção da violência e da criminalidade, buscando restabelecer um convívio pacífico, proporcionando o empoderamento às partes e respostas rápidas às demandas, assim, prevenindo o agravamento do fato criminal. Dessa forma, o projeto desafoga a carga de conflitos encaminhados ao Poder Judiciário e os casos de reincidências na prática delitiva.

No Rio Grande do Sul, o projeto piloto foi enraizado em Canoas, no ano de 2013, e gerou resultados positivos. Devido a isso, o programa se expandiu e diversos núcleos de mediação têm sido instaurados no estado.

Entre os anos de 2013 e 2017, foram realizados, consoantes os dados fornecidos pela Delegacia de Polícia do Estado, em média, 854 mediações, sendo que o custo de cada processo ao erário é de R\$ 1.243,23. Nesse sentido, o

programa tem gerado uma economia processual de R\$ 1.061.718,42 (Um milhão, sessenta e um mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) aos cofres públicos.

O município de Lajeado buscou arraigar esse novo projeto, por meio da incorporação junto a Delegacia de Polícia de Lajeado e da Brigada Militar. Desta forma, observou-se, através de pesquisas junto aos órgãos que atuam diretamente com o programa, os resultados alcançados até o momento e outras questões pertinentes ao projeto.

O questionário apresentou as seguintes perguntas:

- 1- O que você compreende sobre o Programa Mediar?
- 2- Acredita que a Delegacia de Polícia, dentre os diversos órgãos, é o mais capacitado para mediar os conflitos litigiosos? Por quê?
- 3- Você pensa que o Programa Mediar tem gerado um aumento significativo e sobrecarga nas atribuições das delegacias?
- 4- Quantos registros, aproximadamente, são realizados por mês? (Questionado somente à Delegacia de Polícia)  
Quantas mediações, com base nos Termos Circunstanciados, aproximadamente, são realizadas por mês? (Questionado à Promotoria e JECrim)
- 5- Destes registros, a maioria pertence aos crimes comuns, de menor potencial ofensivo ou hediondos?
- 6- Quais dos crimes de menor potencial são mais registrados? (Questionado à Delegacia)  
Quais dos crimes de menor potencial são mais comuns nos Termos Circunstanciados? (Questionado à Promotoria e JECrim)
- 7- Quantos crimes de menor potencial ofensivo são passíveis de mediação por mês? (Questionado somente à Delegacia). Há reincidência nos casos mediados?
- 8- Se há grande número de mediações realizadas nas delegacias que, de imediato, são homologadas? E quantas, em média, prosseguem judicialmente? (Questionado somente à Promotoria e JECrim)



Ao realizar as entrevistas, a Delegacia de Polícia, por meio do Delegado responsável pelas mediações em Lajeado/RS, entende que o programa de resolução de conflitos visa um atendimento preferencial às partes na busca de mudanças de comportamento como auto-solução do problema.

Nesse mesmo sentido, o Juizado Especial Criminal de Lajeado compreende que o Programa Mediar almeja uma rápida e eficaz solução aos anseios da vítima e/ou lesado e, conseqüente diminuição de demandas a serem resolvidas pelo Poder Judiciário, levando em consideração os princípios norteadores da Lei nº 9.099/95.

Assevera o Ministério Público, que o programa almeja:

[...] “compor os conflitos naqueles expedientes onde a situação já se tornou crônica, com vários registros envolvendo as mesmas partes e que, na grande maioria das vezes, a origem dos conflitos não é criminal, mas por questões outras como vizinhança, cível (conflitos de terras, divisas, direito de vizinhança), que acabam desembocando no JECrim, mas que não se resolverão com uma mera audiência preliminar, nos moldes previstos na Lei nº 9.099/95”

Em atenção à segunda questão, a Delegacia de Polícia acredita que a Unidade Policial é o local mais capacitado para mediar os conflitos, principalmente porque o atendimento do Programa Mediar não se dá no mesmo dia dos fatos, bem como os profissionais são devidamente treinados para atuar nestas causas.

O órgão ministerial acredita que a Delegacia de Polícia é capacitada para mediar conflitos, assim como outras instituições, porém o órgão acredita que o êxito nas mediações, provém e depende muito do agente que media a situação, visto que o mesmo necessita conter um perfil diferenciado.

O Juizado Especial, por sua vez, pondera que os órgãos policiais possuem capacidade para realizar as mediações, porém, no momento, acredita que não têm sido remetidos feitos mediados pela Delegacia de Polícia, diante das reduções orçamentárias das instituições públicas.

De outro norte, em que pese haver grande volume de serviço incumbido ao Poder Judiciário, mormente nos casos que poderiam ser mediados nas delegacias, o JECrim constantemente tem investido em políticas e práticas de solução de conflitos

não contenciosos, nos quais a supervisão e acompanhamento do Ministério Público são imprescindíveis.

No que tange a sobrecarga que as mediações podem acarretar às Delegacias de Polícia, o delegado enfatiza que as mediações nas delegacias, diferentemente do procedimento comum, geram um aumento de trabalho às Unidades Policiais, mormente se tratar de um procedimento diferenciado.

Corroborando o JECrim ao expor que não possui dúvidas de que a designação de solenidades com a finalidade de mediação gera maior demanda laboral, além de adequação do espaço físico para tal finalidade.

Contudo, na concepção do órgão ministerial, o mesmo não consegue responder a tal questionamento, uma vez que acredita que em razão do pouco efetivo policial tenham vindo poucos feitos à análise do Judiciário.

Ao que se refere a registros realizados mensalmente, nesse ano de 2017, a Delegacia de Polícia e o Ministério Público acreditam que são realizados uma média de 50 registros mensais nas delegacias de Lajeado. Entretanto, o JECrim, por seu turno, recebe de 100 a 200 processos, visto receber também feitos de outros municípios de sua competência.

Em sequência, ao questionar o tipo penal que mais possui Registro de Ocorrência, a resposta restou unânime pelos órgãos entrevistados, visto acreditarem que a maioria pertence aos crimes de menor potencial ofensivo.

A unanimidade restou transparente também na sexta pergunta, a qual discorre sobre os crimes mais registrados da Lei nº 9.099/95. Nesse viés, todos aduziram crimes de injúria, difamação, calúnia, lesão leve, via de fato, perturbação da tranquilidade, destacando-se o de ameaça.

Analisando a sétima questão, segundo a Delegacia de Polícia, em média 90% dos casos resultam em mediação, dos quais 5%, isto é, pouquíssimos casos são reincidentes.

Por outro lado, o Ministério Público acredita que, atualmente, em razão do pouco efetivo policial, tenham vindo poucos feitos ao Judiciário. Devido a isso, não consegue prever se houve casos reincidentes.

No entender do Juizado Especial Criminal, em que pese se tenha buscado sempre solucionar da melhor forma possível os casos de mediação, ainda, têm ocorrido reincidências mesmo nos casos que foram mediados.

Por fim, a última questão se refere ao número de casos mediados, homologados e os que prosseguiram judicialmente. Diante dessa perspectiva, o Ministério Público embasa que “desde que instalado o Programa Mediar junto à DPPA de Lajeado (talvez há quase dois anos), poucos expedientes chegaram até o Judiciário, de forma que não há possibilidade de se fazer uma avaliação correta do funcionamento do programa”.

De outro norte, o JECrim informa que atualmente não tem recebido expedientes mediados pelos órgãos policiais, entretanto, no período em que a Delegacia de Polícia e a Brigada Militar realizavam mediações e conciliações, nos expedientes em que eram realizados a composição dos danos, após passar pelo Poder Judiciário e análise do Ministério Público, normalmente eram homologados, sendo mínimo os casos que necessitavam a designação de uma nova audiência preliminar.

Ressalta-se que, no ano de 2016, a Delegacia de Polícia atendeu por volta de 100 pessoas, as quais possuem entre 18 e 60 anos e pertencem a diversas classes e condições sociais. Os delitos que mais se evidenciaram naquele ano, foram os de ameaça, crimes contra a honra, perturbação da tranquilidade, lesão leve e via de fato.

Além da Delegacia de Polícia, a Brigada Militar, por sua vez, também buscou a incorporação de um projeto, que objetivou a criação de um núcleo de conciliação. Esse programa iniciou-se no de 2000, em Caxias do Sul, como um projeto-piloto de implantação do BO-COP/TC – Boletim de Ocorrência, sob a forma de Comunicação de Ocorrência Policial (Registro Policial) ou Termo Circunstanciado. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

Esse projeto buscou desenvolver a prestação de serviço policial à sociedade, uma vez que o “ciclo complemento de polícia”, fundado nas Leis nº 9.099/95 e 10.259/2001. Contudo, em que pese ser uma corporação pioneira no país a constituir-se na Polícia Militar e efetuar o chamado “ciclo completo de polícia”, a Brigada Militar sofreu resistências internas e externas. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

O programa de conciliação foi uma inovação à época, visto que agilizou o processo, desonerando o indivíduo de uma série de entraves de ordem administrativa, bem como estimulou o efetivo registro policial dos delitos, trazendo maior fidedignidade no que tange ao trabalho policial e o mapeamento dos crimes recorrentes. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

Em Lajeado foi realizada uma experiência pelo Comando Regional de Polícia Ostensiva do Vale do Taquari – CRPO-VT, que regulamentou e instituiu o projeto chamado Núcleo de Conciliação Comunitária do CRPO-VT – NUCCOM, objetivando proporcionar um atendimento mais célere e de melhor qualidade à comunidade, padronizando os atos de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

A criação do NUCCOM fundamentou-se em manter o interesse público e o alcance do efetivo aos princípios regentes do atendimento e processamento das ações correspondentes, nos termos da Lei nº 9.099/95. As atribuições do NUCCOM se fundam em atividade de conciliação prévia de conflitos, considerando este os fatos caracterizados e atendidos como flagrantes de crimes de menor potencial ofensivo. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

Segundo a Revista da Brigada Militar, foi realizada uma pesquisa de campo com autoridades dos diferentes poderes responsáveis pela persecução penal na cidade de Lajeado, sendo que todos os entrevistados visaram como uma excelente iniciativa da Brigada Militar, visto que o projeto traria um avanço na desjudicialização dos conflitos de interesses. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

Consoante os dados contidos na pesquisa, a Brigada Militar atuava principalmente nos casos de infrações de trânsito, sendo que 60% dos casos conciliados não resultaram em representação. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

No que se refere aos delitos cometidos, 75% correspondem à lesão corporal culposa no trânsito, sendo que os outros delitos (ameaça, via de fato, lesão corporal leve, perturbação do sossego público, exercício arbitrário das próprias razões) possuem praticamente a mesma porcentagem. (SILVIA e SCHAUREN, 2006)

Por fim, com base nos dados fornecidos pelo artigo, a quantidade de conciliações realizadas pela Brigada Militar resultou em 60% de reparações e 40% sem concordância das partes. (SILVA; SCHAUREN JUNIOR, 2006).

Portanto, essa experiência perdurou por um ano e gerou elevados resultados positivos, mormente na diminuição dos conflitos remetidos ao Poder Judiciário.

## 5 CONCLUSÃO

O Programa Mediar é uma ferramenta importante para solucionar diferentes conflitos e desobstruir o Poder Judiciário da grande demanda de processos que podem ser resolvidos através da mediação.

Analizando-se a implementação a nível nacional percebe-se que o programa encontra-se em crescimento, sendo adotado em diferentes estados. No Rio Grande do Sul aparece em diversas cidades, bem como também é possível se perceber o crescimento de sua implementação.

Na cidade de Lajeado, observou-se se uma ferramenta eficaz, de grande potencial para solucionar causas em que há crimes de menor potencial ofensivo, estimulando uma mudança de conduta nas pessoas através da mediação.

Portanto a presente monografia ocupou-se em apresentar inicialmente, no primeiro capítulo do desenvolvimento, a evolução histórica da segurança pública no Brasil ao longo do tempo, contemplando diferentes marcos históricos que tornaram a segurança pública como a conhecemos hoje, principalmente após o advento do artigo 144 da Constituição Federal. Além disso, foram abordadas as atribuições de cada força policial no país, acentuando suas distintas atribuições.

Em seguida, no segundo capítulo, tratamos sobre o procedimento da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais) e da Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Federais), explicando o conceito de menor potencial ofensivo pacificado na doutrina e jurisprudência, compreendido por serem contravenções penais e crimes que a lei comine pena máxima de dois anos, cumulada ou não, qualquer que seja o procedimento previsto. Em sequência, analisaram-se as fases preliminares e o procedimento processual da Lei nº 9.099/95.

Na sequência foram discutidos cada um dos Métodos Extrajudicial de Solução de Conflito (MESOC), ponderando suas respectivas distinções. Diante disso, aplica-se mediação nos casos que houver um vínculo entre as partes para a manutenção e aprimoramento desse vínculo. Por outro viés, a conciliação é aplicada quando não há relacionamento entre as partes ou em relacionamentos circunstanciais, sendo mero meio satisfatório de solução de conflitos. A negociação, por outro lado, aplica-se a uma situação imprevista, que não exige a participação de um terceiro, somente das partes e seus representantes. E por fim, a arbitragem é designada nos casos que haja direitos disponíveis (patrimoniais), sendo que cabe ao árbitro dar seu parecer e solucionar a controvérsia.

Ainda, nesse estudo, buscou-se demonstrar a necessidade e a possibilidade de novos mecanismos de resolução de conflitos, uma vez que, mesmo com a atuação célere e eficaz do Judiciário nos casos que surgem, a organização judiciária não consegue suprir as necessidades e os desejos dos cidadãos.

Como o Objetivo Geral do trabalho estava em analisar a (in)viabilidade da mediação nos órgãos policiais de Lajeado, no capítulo final analisou-se o Programa Mediar, que foi implantado pela primeira vez em 2006, no estado de Minas Gerais, sendo que no Rio Grande do Sul o modelo foi incorporado em 2013, por meio das Portarias nº 168/2014 e nº 169/2014 da Chefia de Polícia.

Também se ocupou em apresentar os principais objetivos do programa, quais sejam reestabelecer a relação entre a vítima e autor que possuem algum vínculo, dirimir a demanda judiciária, bem como almeja manter uma relação polarizada entre as partes. Em seguida, analisaram-se as experiências ocorridas em outros municípios do estado do Rio Grande do Sul, as quais obtiveram efetivos resultados com a incorporação do programa. Nesse sentido, compreendeu-se que o Programa Mediar demonstrou ser uma rápida e eficaz solução aos anseios das partes, mormente para a parte lesada.

Diante da análise do problema proposto para este estudo, a (in)viabilidade da implementação das mediações nos órgãos de polícia de Lajeado/RS, pode-se concluir que o Programa Mediar possui plena eficácia e pode auxiliar a comunidade na solução de seus conflitos. Contudo, por outro lado, em que pese a Delegacia de

Polícia seja capacitada em exercer as mediações na Unidade Policial, verifica-se que a falta de agente efetivo e recursos orçamentários das instituições públicas, no momento, em Lajeado, tem inviabilizado a obtenção de resultados positivos ao projeto, mesmo que a Delegacia de Polícia busque promover esforços para tornar eficiente e produtivo o programa.

Além disso, a falta de agente e local para tal também tem inviabilizado os resultados favoráveis ao programa, bem como o número de reincidências e demandas remetidas ao Poder Judiciário.

Por outro lado, no ano de 2015, diferentemente da Delegacia de Polícia, a Brigada Militar atuava nos casos em que as partes não obteriam eventual vínculo futuro. Essa experiência demonstrou a eficácia da incorporação do programa nos órgãos de segurança. Entretanto, segundo entendimento do Comando Geral da Brigada Militar, por questões reservadas e não divulgadas, restou extinto o projeto incorporado junto ao Batalhão da Brigada.

Portanto, entende-se que o programa possui grande eficácia e aplica os princípios constantes na Lei nº 9.099/95. Contudo, devido à situação eraria do estado, especialmente, a falta de pessoal e local para o ato, tem provocado a inviabilidade da eficiência do projeto, não promovendo a diminuição das demandas remetidas ao órgão Judiciário e tampouco no número de reincidências dos casos.

Sendo assim, comprova-se a necessidade de haver investimento nas práticas preventivas de solução de conflitos por parte do estado, principalmente porque a mediação e conciliação exercitada pelos facilitadores da segurança pública têm desempenhado um papel importante e eficaz na resolução dos conflitos. Além disso, causa considerável diminuição nos custos e demandas remetidas ao Judiciário. Dessa forma, vislumbra-se que a incorporação do programa aos órgãos de polícia é um meio de viabilizar rápidas e criativas soluções, buscando a diminuição dos feitos, um menor nível de reincidências e, conseqüentemente, economia ao estado.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Rosângela Pereira de; BARRETO JÚNIOR, Jésus Trindade. Curso **Sistemas de gestão de segurança pública**. 31 out. 2008. Disponível em: <[http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/Curso\\_de\\_Sistemas\\_e\\_Gestao\\_em\\_Seguranca\\_Publica.pdf](http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/Curso_de_Sistemas_e_Gestao_em_Seguranca_Publica.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2016.
- ANTUNES, Daniel de Arruda. **Segurança pública e polícia**: breves comentários. Publicado em: jul. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30017/seguranca-publica-e-policia-breves-comentarios>>. Acesso em: 16 mar. 2017.
- BACELLAR, Roberto Portugal. **A mediação, o acesso à justiça e uma nova propositura dos juízes**. Publicado em: 24. Set. 2004. Disponível em: <[http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao002/roberto\\_bacelar.htm](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao002/roberto_bacelar.htm)>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BENGOCHEA, J. L. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)> Acesso em: 14 de mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Polícia Rodoviária Federal. **Dúvidas frequentes**. 2017. Disponível em: <<https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/duvidas-frequentes>>. Acesso em: 02 mai. 2017.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=RESP+610211+&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=5>>. Publicado em: 15 de mai. 2004. Acesso em: 25 abr. 2017
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A constituição e o supremo**. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos. [s.d.] Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201359>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A constituição e o supremo**. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos. [s.d.] Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201380>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1942-2 Pará (Medida Liminar)**. Acórdão publicado em: 05 mai. 1999. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347340>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1942-2 Pará (Medida Liminar)**. Acórdão publicado em: 05 mai. 1999. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347340>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

CABRAL, Marcelo Malizia. **Os meios alternativos de resolução de conflitos: instrumentos de ampliação do acesso à Justiça**. Porto Alegre, jun. 2013. Volume XIV. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/tribunal\\_de\\_justica/corregedoria\\_geral\\_da\\_justica/colecao\\_administracao\\_judiciaria/doc/CAJ14.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/tribunal_de_justica/corregedoria_geral_da_justica/colecao_administracao_judiciaria/doc/CAJ14.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos conflitos e direito de família**. Curitiba: Juruá, 2006.

CARVALHO, Ana Karine P. C. M. P. de; BRASIL, Glaucíria M. **Segurança pública, formação policial e mediação de conflitos: o despertar para a formação de uma polícia cidadã**. Disponível em: <[http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/nucleomed/publicacoes/dissertacoes/seguranca\\_publica.formacao.policial.e.mediacao.de.conflito.pdf](http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/nucleomed/publicacoes/dissertacoes/seguranca_publica.formacao.policial.e.mediacao.de.conflito.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CARVALHO, Ellen Márcia. L. S. **Segurança cidadã: qual controle?** Disponível em: <[http://www.fgr.org.br/admin/artigos/200841029007411921975016291Seguranca\\_Cidada.pdf](http://www.fgr.org.br/admin/artigos/200841029007411921975016291Seguranca_Cidada.pdf)> Acesso em: 02 mai. 2017.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CONASP - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Conceitos básicos**. Brasília, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/orgaos-de-seguranca-1/conceitos-basicos>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

CONIMA - CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. **Regulamento Modelo Mediação**. Apresentação. Disponível em: <[http://www.conima.org.br/regula\\_modmed](http://www.conima.org.br/regula_modmed)>. Acesso em: 20 out. 2016.

CRUZ, Gleice Bello da. **A historicidade da segurança pública no Brasil e os desafios da participação popular**. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/rev20130403.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria da Rosa; JUNIOR, Marcos Júlio Olivé Malhadas. **Mediação e solução de conflitos: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Juizados especiais criminais: comentários à Lei nº 9.099 de 26.09.1995**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GUIA DO ESTUDANTE. **Segurança pública**. Publicado em: 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/seguranca-publica/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JESUS, Damásio Evangelista. **Lei dos Juizados Especiais Criminais anotada**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/6141751/jesus-damasio-e-de---lei-dos-juizados-especiais-criminais-anotada>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

JORNAL A HORA. **Polícia Civil lança projeto de mediação**. Publicada em: 10 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2016/05/10/policia-civil-lanca-projeto-de-mediacao/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

LAZZARINI, Álvaro. **A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro, n. 184, p. 25-85, abr./jun. 1991. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/44310/47780](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/44310/47780)>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LAZZARINI, Álvaro. Da segurança pública na Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 26, n. 104, out./dez. 1989. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181942/000445890.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LAZZARINI, Álvaro. O Corpo de Bombeiros Militar como instrumento de defesa da cidadania. **A Força Policial**, São Paulo, n. 24, out./dez. 1999. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6YGYO1K6937dm5ITkFPUGQtVms/view>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MAPA - MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. **Corpos de Guardas Municipais Permanentes da Corte**. Publicado em: 05 dez. 2015. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=9225>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2005.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante. **Segurança pública, formação policial e mediação de conflitos: novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/ana\\_karine\\_pessoa.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/ana_karine_pessoa.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2017.

MISSIUNAS, Rafael de Carvalho. **As polícias judiciárias e as administrativas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1910&idAreaSel=16&seeArt=yes>>. Acesso em: 04 out. 2016.

MORAIS, Maria do Socorro; SOUSA, Reginaldo Canuto de. **Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., 2009. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/PODER\\_VIOLENCIA\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/POLICIA\\_E\\_SOCIEDADE\\_UMA\\_ANALISE\\_DA\\_HISTORIA\\_DA\\_SEGURANCA\\_PUBLICA\\_BRASILEIRA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf). Acesso em: 16 mar. 2017

NEME, Cristina. **A instituição policial na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. 1999. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down147.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2017.

POLÍCIA CIVIL. **Programa Mediar apresenta resultados**. Publicado em: 18 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.policiacivil.rs.gov.br/conteudo/20667/programa-mediapresenta-resultados/termosbusca=programa%20mediar>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **A atuação das forças de segurança em face do vigente sistema constitucional junto aos entes federativos**. Publicado em: jul. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30538/a-atuacao-das-forcas-de-seguranca-em-face-do-vigente-sistema-constitucional-junto-aos-entes-federativos>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Forças policiais no sistema constitucional**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/16178-16179-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Justiça e mediação de conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.

SILVA, Carlos P.; SCHAUREN JUNIOR, Hélio Miguel. Brigada Militar: a força da comunidade. In: **Revista Unidade**, Lajeado, n. 73, ano 33, p. 5-16, 2016.

SOUSA, Reginaldo Canudo de; MORAES, Maria do Socorro Almeida de. **Polícia e sociedade**: uma análise da história da segurança pública brasileira. [s.d]. Disponível em:

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/PODER\\_VIOLENCIA\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/POLICIA\\_E\\_SOCIEDADE\\_UMA\\_ANALISE\\_DA\\_HISTORIA\\_DA\\_SEGURANCA\\_PUBLICA\\_BRASILEIRA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2016.

SUL21 - **Polícia Comunitária ajuda a diminuir os índices de violência**. Publicado em: 27 de mai. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/policia-comunitaria-ajuda-a-diminuir-os-indices-de-violencia/>>. Acesso em: 1 de jul. 2017.

VEZZULLA, Juan Carlos. **A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional**. Florianópolis: Habitus, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86868/212771.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ZAMBIER, Missael Pinto. **Mediação e conciliação**: meios alternativos de solução de conflitos. Publicado em: 05 set. 2016. Disponível em: <<http://ubaempauta.com.br/mediacao-e-conciliacao-meios-alternativos-de-solucao-de-conflitos/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ZERO HORA. **Policamento Comunitário está presente em 35% dos municípios com mais de 50mil habitantes**. Publicado em: 30 de jul. 2014. Disponível em: <<https://m.zerohora.com.br/284/noticias/4563513/policamento-comunitario-esta-presente-em-35-dos-municipios-com-mais-de-50-mil-habitantes>>. Acesso em: 1 de jul. 2017.

## **ANEXOS**

[illegible]

[illegible]



**ANEXO C – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO DELEGADO DE POLÍCIA**

UNIVATES  
CURSO DE DIREITO  
ACADÊMICA: RIÉLI FERNANDA PINTO WEISSHEIMER  
MONOGRAFIA: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS DELEGACIAS DE  
POLÍCIA DO VALE DO TAQUARI/RS.

**QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS JUÍZES, PROMOTORES,  
DELEGADOS E AGENTES POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELA MEDIAÇÃO  
DE CONFLITOS NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA DO VALE DO  
TAQUARI/RS**

Objetivo geral: Verificar se a mediação realizada nas Delegacias de Polícia do Vale do Taquari/RS tem gerado diminuição nas demandas de menor potencial ofensivo encaminhado ao Poder Judiciário, diminuído relativamente as reincidências dos registros e tem gerado resultados positivos.

1. O que você compreende sobre o Programa Mediar?

É UM PROGRAMA DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS  
INSTITUCIONALIZADO NA PCRS EM 2014, VISA,  
ATRAVÉS DE UM ATENDIMENTO DIFERENCIADO ÀS PARTES,  
BUSCAR MUDANÇA DE COMPORTAMENTO COM AUTO SOLUÇÃO DO PROBLEMA.

2. Acredita que a Delegacia de Polícia, dentre os diversos órgãos, é o mais capacitado para mediar os conflitos litigiosos? Por quê?

SIM, POIS O ATENDIMENTO DO MEDIAR NA DELEGACIA  
NÃO SE DÁ NO MESMO DIA DOS FATOS, BEM COMO  
O POLICIAL MEDIADOR RECEBE TREINAMENTO ANTES DE  
ATUAR.

3. Você pensa que com o Programa Mediar tem gerado um aumento significativo e sobrecarga nas atribuições das delegacias?

NÃO POSSO FAZER EM SOBRECARGA, MAS TAMBÉM NÃO  
MAI COMO NEGAR QUE DÁ MAIS TRABALHO QUE UM PROCEDIMENTO  
COMUM. É UM PROCEDIMENTO DIFERENCIADO.

## ANEXO D – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO DELEGADO DE POLÍCIA

4. Quantos registros, aproximadamente, são realizados por mês?
- ☒ menos de 50
  - ☐ entre 50 a 100
  - ☐ entre 100 a 200
  - ☐ mais de 200
5. Destes registros, a maioria pertence aos:
- ☒ Crimes de menor potencial ofensivo
  - ☐ Crimes comuns
  - ☐ Crimes hediondos
6. Quais dos crimes de menor potencial é mais registrado?
- ☒ Injúria/Difamação/Calúnia
  - ☐ Lesão Corporal leve ou culposa
  - ☒ Ameaça
  - ☐ Assédio sexual
  - ☐ Adultério
  - ☐ Dano
7. Quantos crimes de menor potencial ofensivo são passíveis de mediação por mês?
- ☒ menos de 20
  - ☐ de 21 a 40
  - ☐ de 41 a 60
  - ☐ de 61 a 80
  - ☐ mais de 81
8. Há reincidência nos casos mediados?
- ☒ SIM Pouquíssimo
  - ☐ NÃO

## ANEXO E – ENTREVISTA PESSOAL COM O DELEGADO DE POLÍCIA

Na entrevista pessoalmente o del. Alex, requisiu alguns dados sobre a mediação no ano de 2016 e eventuais resultados, pediu-me explicações que não possuí esses dados compilados em tabela, mas não me respondeu, somente recordando dos casos.

Registro, acompanhamento, análise, encaminhamento, <sup>superior</sup>culpa.  
 Tipo atendimento: agente comida + 13.5 cento, se for até 5 cento, como não ou sem a sumidade ao judiciário, com o tempo de mediação, 12.

Número de pessoas atendidas: ± 100 pessoas

Os delitos mais comuns a serem mediados: Ameaça, crimes contra honra, perturbação da tran-  
 -quilidade (65), lesão leve e  
 vícios de fato.

Sexo das partes: ambos, variado

Gravidade das infrações: todas classes, mas normalmente classe média e pobre.

Quanto casos resultaram em conciliação: 90%

Após não houve reincidência: 5%

Idade: 18 aos 60

Condição social: faulda, ensino médio, de 100 variam.

13.140/2015 resolução sobre particulares.  
 No civil também.  
 Nulo de mediação no âmbito civil.

Capta crime:  
 July may



**ANEXO F – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO JECRIM DE LAJEADO/RS**

1. O programa Mediar, tal como outros, busca, considerados os princípios orientadores da Lei nº 9.099/95, uma resposta rápida e eficaz aos anseios da vítima e/ou do lesado e, conseqüentemente, diminuição de demandas a serem solvidas pelo Poder Judiciário.

2. Não há dúvida de que a Polícia Civil e a Brigada Militar tem capacidade intelectual para a realização de mediações, porém, diante das reduções orçamentárias das instituições públicas, no momento, tenho que devem se ater, tal como já determinado pelos atuais gestores públicos, a suas atividades principais. Em que pese o volume de serviço, o Poder Judiciário, constantemente investe em políticas e práticas de solução de conflitos não contenciosos, nos quais sempre há a supervisão e acompanhamento do Ministério Público, bem como as partes sempre são acompanhadas de procurador ou defensor, respeitando, assim, todas as prerrogativas constitucionais.

3. Tratando-se de termos circunstanciados, dada a simplicidade de confecção, não há dúvida de que a designação de solenidades com a finalidade de mediação gera maior demanda laboral, além de adequação de espaço físico para tal.

8. No período em que a Delegacia de Polícia e a Brigada Militar realizavam mediações, nos delitos afetos à Lei nº 9.099/95, nos expedientes em que realizada a recomposição dos danos, após encaminhamento ao Poder Judiciário e análise do órgão ministerial, normalmente eram homologadas, sendo muito baixa a média de expedientes em que necessitamos designar nova audiência preliminar.

**ANEXO G – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO JECRIM DE LAJEADO/RS**

4. Quantas mediações, aproximadamente, são realizadas por mês?

- ☐ menos de 50
- ☐ entre 50 a 100
- ☒ entre 100 a 200
- ☐ mais de 200

5. Destes registros, a maioria pertence aos:

- ☒ Crimes de menor potencial ofensivo
- ☐ Crimes comuns
- ☐ Crimes hediondos

6. Quais dos crimes de menor potencial são mais comuns nos Termos Circunstanciados?

- ☐ Injúria/Difamação/Calúnia
- ☐ Lesão Corporal leve ou culposa
- ☒ Ameaça
- ☐ Assédio sexual
- ☐ Adultério
- ☐ Dano

7. Há reincidência nos casos mediados?

- ☒ SIM
- ☐ NÃO

8. Se há grande número de mediações realizadas nas delegacias que, imediatamente, são homologadas? E quantas, em média, prosseguem judicialmente?

---

---

---

**ANEXO H – FORMULÁRIO RESPONDIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE  
LAJEADO/RS**

**UNIVATES**

**CURSO DE DIREITO**

**ACADÊMICA: RIÉLI FERNANDA PINTO WEISSHEIMER**

**MONOGRAFIA: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NOS CASOS DA LEI Nº 9.099/95,  
NOS ÓRGÃOS POLICIAIS DO VALE DO TAQUARI/RS.**

**QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A PROMOTORA DO JECRIM QUE ATUA NOS  
TERMOS CIRCUNTÂNCIADOS MEDIADOS NOS ÓRGÃOS POLICIAIS, NOS  
CASOS DA LEI Nº 9.099/95.**

**Objetivo geral:** verificar se a mediação realizada nas Delegacias de Polícia do Vale do Taquari/RS tem gerado diminuição nas demandas judiciais dos crimes de menor potencial ofensivo encaminhado ao Poder Judiciário, e se tem gerado resultados positivos.

**1. O que você compreende sobre o Programa Mediar?**

O Programa Mediar tem como objetivo compor os conflitos naqueles expedientes onde a situação já se tornou crônica, com vários registros envolvendo as mesmas partes e que, na grande maioria das vezes, a origem dos conflitos não é criminal, mas por questões outras como vizinhança, cível (conflitos de terras, divisas, direito de vizinhança...), que acabam desembocando no JECrim, mas que não se resolverão com uma mera audiência preliminar, nos moldes previstos na Lei nº 9.099/95.

**2. Acredita que a Delegacia de Polícia, dentre os diversos órgãos, é o mais capacitado para mediar os conflitos litigiosos? Por quê?**

Acredito que a Delegacia de Polícia é capacitada para mediar os conflitos, assim como outras instituições, porém, acredito que o sucesso da mediação dependerá mais do agente que faz a mediação do que da instituição ao qual ele pertence, uma vez que é necessário um perfil especial por parte do mediador.

3. Você pensa que com o Programa Mediar tem gerado um aumento significativo e sobrecarga nas atribuições das delegacias? Por quê?

Não posso responder a tal pergunta, uma vez em razão do pouco efetivo policial acredito que tenham vindo poucos feitos ao Judiciário.

4. Quantas mediações, com base nos Termos Circunstanciados, aproximadamente, são realizadas por mês?

☒ ( X ) menos de 50  
☐ ( ) entre 50 a 100  
☐ ( ) entre 100 a 200  
☐ ( ) mais de 200

5. Destes registros, a maioria pertence aos:

☒ ( X ) Crimes de menor potencial ofensivo  
☐ ( ) Crimes comuns  
☐ ( ) Crimes hediondos

6. Quais dos crimes de menor potencial são mais comuns nos Termos Circunstanciados?

☒ ( X ) Injúria/Difamação/Calúnia  
☒ ( X ) Lesão Corporal leve ou culposa  
☒ ( X ) Ameaça  
☐ ( ) Assédio sexual  
☐ ( ) Adultério  
☐ ( ) Dano

7. Do seu ponto de vista, há reincidência nos casos mediados?

Não tenho condições de responder em razão do pequeno número de expedientes que chegaram ao conhecimento desta agente.

☐ ( ) SIM  
☐ ( ) NÃO

8. Se há grande número de mediações realizadas nas delegacias que, de imediato, são homologadas? E quantas, em média, prosseguem judicialmente?

Desde que instalado o Programa Mediar junto à DPPA de Lajeado (talvez a quase dois anos), poucos expediente chegaram até o Judiciário, de forma que não há possibilidade de se fazer uma avaliação correta do funcionamento do programa.

**ANEXO I – BOLETIM REGIMENTAL POLÍCIA CIVIL****POLÍCIA CIVIL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO POLICIAL  
DIVISÃO DE PESSOAL****BOLETIM REGIMENTAL N.º 118/2014**

Porto Alegre, 03 de setembro de 2014.

**ÍNDICE****ASSUNTOS DE PESSOAL**

DESIGNA	P.	02
REVOGAÇÃO	P.	02

**ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA	P.	02
EDITAL	P.	07
ATAS	P.	08

**ASSUNTOS DISCIPLINARES**

RESOLUÇÕES	P.	12
SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA	P.	13



Publique-se, para os devidos e correspondentes efeitos, os seguintes atos:

## ASSUNTOS DE PESSOAL

### DESIGNA

O Chefe de Polícia, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 10.994/97, art. 10, inciso X, combinado com o art. 366, inciso VII, do RIPC, **publica a designação:**

**DANIELA DA SILVA DUARTE**, Delegada de Polícia, ID. 3235513, lotada na DCS/GAB/CH/PC para responder pela Direção da Divisão de Comunicação Social/GAB/CH/PC, a contar de 01/09/14, durante a LSG da titular, Del.Pol. VANESSA PITREZ DE AGUIAR CORREA, ID. 2776073. (Exp. 022220-12.04/14.6 – Port. 172/2014/GAB/CH/PC)

### REVOGAÇÃO

O Chefe de Polícia, no uso de suas atribuições, **revoga:**

A/c de 01.09.2014, a Port. 102/14/GAB/CH/PC, registrada no BR. 080/14, de 09.06.14, que designou a Del.Pol. CLARISSA DE OLIVEIRA LOPES, ID. 2872927, para responder pela Direção da DCS/GAB/CH/PC, durante a LSG da Diretora, Del.Pol. VANESSA PITREZ DE AGUIAR CORREA. (Exp. 022220-12.04/14.6)

## ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

### PORTARIA

#### PORT. Nº 168/2014/GAB/CH/PC

Exp. 022219-12.04/14.9 – Memo. 234/2014/GAB/CH/PC.

*Institui e estabelece as diretrizes para o  
PROGRAMA MEDIAR/RS – Mediação de  
Conflitos no âmbito da Polícia Civil do Estado do  
Rio Grande de Sul.*

O Delegado de Polícia Guilherme Yates Wondracek, Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que o princípio do acesso à justiça é um direito fundamental consagrado no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988 e que deve ser interpretado de forma ampla;

**CONSIDERANDO** que a Organização das Nações Unidas - ONU, através das Resoluções 1999/26 de 28 de julho de 1999; 2000/14 de 27 de julho de 2000 e 2002/12 de 24 de junho de 2002, incentiva seus países membros a desenvolverem programas de Justiça Restaurativa pelas autoridades de segurança;

**CONSIDERANDO** que o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário firmaram, em 13 de abril de 2009, o II PACTO REPUBLICANO DE ESTADO POR UM SISTEMA DE JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL, ÁGIL E EFETIVO, em que assumiram o compromisso de estimular a resolução de conflitos por meios autocompositivos;

**CONSIDERANDO** que o Projeto Mediar/RS (projeto piloto de mediação de conflitos no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul), desenvolvido no município de Canoas, demonstrou resultados positivos na resolução pacífica de conflitos, inclusive com o apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário local;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar os procedimentos desenvolvidos nos diversos órgãos da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul;

**CONSIDERANDO** a atribuição do Chefe de Polícia para disciplinar o funcionamento dos diversos órgãos da Polícia Civil prevista no Regimento Interno, bem como nas disposições contidas no art. 10, inc. X, da Lei Estadual 10.994, de 18 de agosto de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Instituir e estabelecer as diretrizes relativas ao programa MEDIAR/RS, para aplicação do método de mediação de conflitos no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º – A Mediação de Conflitos consiste em um método de Resolução Alternativa de Disputas (RAD), de caráter extrajudicial, no qual as pessoas envolvidas, através da conversação e alteração do padrão de discussão, têm a possibilidade de solucionar seus conflitos com auxílio de um facilitador, denominado mediador.

Parágrafo único – O Mediador é um terceiro imparcial, que facilita a comunicação entre as partes. Não oferece soluções, nem atua como conciliador, apenas estimula o diálogo franco e pacífico, auxiliando as partes a encontrarem, elas próprias, a solução para o conflito.

Art. 3º – O Delegado de Polícia encaminhará ao Cartório de Mediação de Conflitos as ocorrências policiais que:

**4 PÁGINA**  
**BOLETIM REGIMENTAL Nº 118/2014**

**03/09/2014**

I – tratem de infrações penais cuja ação penal seja disponível ou condicionada à representação da parte;

II - tratem de relações continuadas, ou seja, relações onde as partes possuam uma convivência mútua, como, por exemplo, relações de vizinhança e coleguismo.

Parágrafo único – Não serão encaminhadas ao cartório de mediação de conflitos os registros policiais que:

I – Envolvam crianças e adolescentes, bem como mulheres e idosos vítimas de violência doméstica e familiar;

II – os antecedentes criminais e/ou a condição pessoal das partes não recomendem a realização da mediação.

Art. 4º – O procedimento a ser seguido é o previsto no fluxograma anexo a presente Portaria, o qual observará as seguintes diretrizes:

I - A pré-mediação e a audiência de Mediação de Conflitos serão realizadas por Policial Civil capacitado, cuja capacitação será feita com a participação da Academia de Polícia Civil do RS (ACADEPOL);

II – A adesão ao Programa de Mediação de Conflitos deverá ser voluntária, podendo as partes, a qualquer instante, desistir;

III – O Processo de Mediação de Conflitos não poderá ultrapassar três audiências;

IV – Todas as ocorrências encaminhadas pelo Delegado de Polícia ao Cartório de Mediação serão, ao final, remetidas ao Poder Judiciário, na forma de Procedimento Policial devidamente instaurado;

V – Todas as relações mediadas, em audiência ou em fase de pré-mediação, serão posteriormente monitoradas pelo prazo de 60 dias, através de contatos quinzenais com as partes, a fim de verificar o desenvolvimento dessa relação, em especial se houve reincidência;

VI – Em havendo reincidência de conflito entre as partes mediadas, não haverá possibilidade de nova mediação;

VII – A avaliação do programa será medida pelos índices de reincidência no período de monitoramento das relações.

Art. 6º – As Delegacias de Polícia que participarão do Programa Mediar/RS serão definidas pelo Chefe de Polícia em conjunto com o gerente do programa, obedecendo a critérios técnicos e de conveniência.

Art. 7º – O programa MEDIAR/RS será gerenciado por um Delegado de Polícia designado pelo Chefe de Polícia, o qual deverá responder às questões relativas à gestão do programa.

Art. 8º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2014.

**Guilherme Yates Wondracek,**  
Delegado de Polícia,  
Chefe de Polícia.

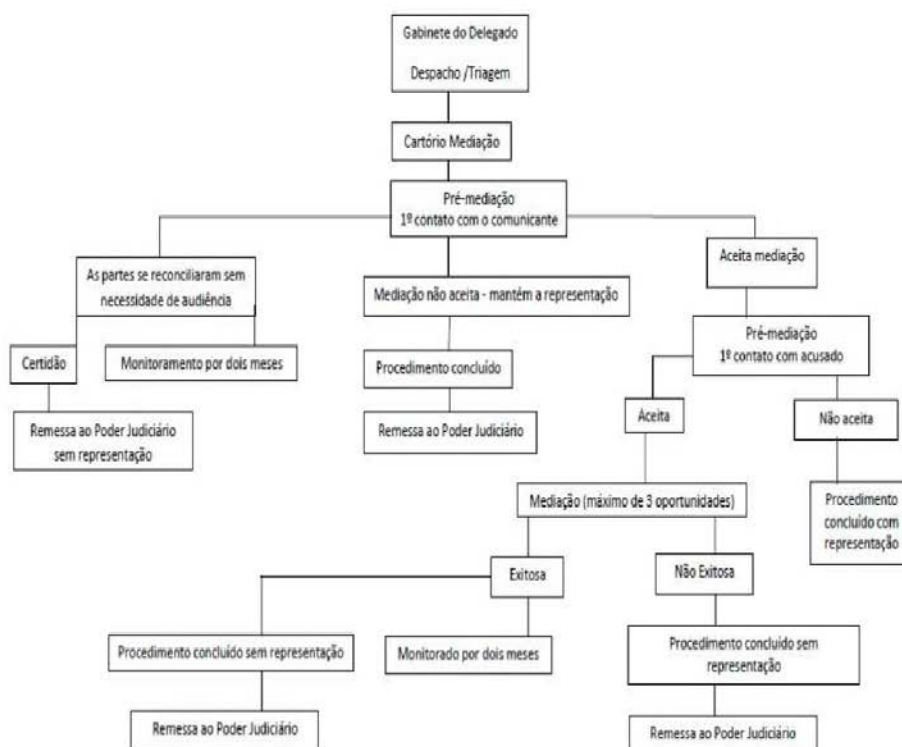


**Polícia Civil do  
Rio Grande do Sul**



Estado do  
Rio Grande do Sul

## FLUXOGRAMA



\* Serão selecionadas as ocorrências dos delitos especificados onde haja relação de continuidade

**PORT. Nº 169/2014/GAB/CH/PC**

Exp. 022219-12.04/14.9 – Memo. 234/2014/GAB/CH/PC.

Designa o gerente do Programa MEDIAR/RS.

O Delegado de Polícia Guilherme Yates Wondracek, Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que o princípio do acesso à justiça é um direito fundamental consagrado no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988 e que deve ser interpretado de forma ampla;

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria nº 168/2014/CH/PC, que instituiu o Programa MEDIAR/RS e a necessidade de gerenciamento do referido programa,

**CONSIDERANDO** que o administrador é o responsável pelo bom andamento dos serviços de sua competência, devendo adotar as medidas necessárias para a concretização deste objetivo, deliberando dentro dos critérios de conveniência e oportunidade, acerca das medidas a serem efetivadas;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Designar a Delegada de Polícia Sabrina Deffente, identidade funcional 2392640, como gerente do Programa MEDIAR/RS.

**Art. 2º** – A gerente do programa MEDIAR/RS terá por atribuição:

- I – elaborar, integrar e apresentar o plano do programa para sua execução;
- II – Gerenciar e monitorar as atividades do programa, fornecendo orientação aos membros da equipe;
- III – monitorar continuamente o desempenho do programa, identificar e elaborar relatório e propor mudanças quando necessárias;
- IV – proceder à avaliação qualitativa e quantitativa do programa em relação ao planejamento, execução e controle.

**Art. 3º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2014.

**Guilherme Yates Wondracek,**  
Delegado de Polícia,  
Chefe de Polícia.

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

#### ED. HOM. Nº 30/2014/ACADEPOL

Exp. 018449-12.04/14.8 – Of. 1061/2014/ACADEPOL.

O Del. Pol. Francisco J. S. Tubelo, Diretor-Geral da Academia de Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 7366/80, artigo 8º, “caput”, tendo em vista o encerramento do **Curso de Elaboração do Processo Administrativo - Disciplinar**, realizado em Porto Alegre, nos dias vinte e nove a trinta e um de julho de dois mil e quatorze, com carga-horária de dezesseis horas-aula, homologa o referido evento, que contou com a participação dos seguintes policiais:

Adriana Funck Baum  
Andre Braga Gomes  
Anibal Augusto Garcia Kogan  
Bianca Casarin  
Cecilio Cesar Goulart Franco  
Debora Prestes Vernes  
Joice Kaefer  
João Claudio Sarandy Machado  
Julio Cesar da Silva Pereira  
Juverci Luiz Barboza de Oliveira  
Leandro Reis de Souza  
Lucas Gehrke de Oliveira  
Luís Antônio Bordim Maximenco  
Marcia Santos Silva  
Nilson Rogerio Andrade  
Olivia Raquel Streck  
Ricardo Antonio Moraes Achutti  
Rogerio Rodembuch da Silva  
Roseli Salete Aiduk  
Samile Joana dos Santos Ardigó  
Tiago Nunes Port  
Valneida Echart Martins  
Valéria dos Santos Borba  
Vera Regina Ruchel

Porto Alegre, 28 de agosto de 2014.

Del. Francisco J. S. Tubelo,  
Diretor-Geral da ACADEPOL.

**ATAS****ATA DE PROCEDIMENTO DE ELIMINAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS****Nº 002/2014/21ªDP/DPRPA/DPM**

Exp. 021866-12.04/14.1.

Aos quinze dias do mês de Agosto de dois mil e quatorze, nesta Delegacia de Polícia, município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, presentes os membros da COMISSAO DE BENS MOVEIS INSERVÍVEIS, em atendimento ao disposto no Art. 1º, da Portaria nº215/2010, do Gabinete da Chefia da Polícia Civil, o Delegado de Polícia Cleber Moura Ferreira, Titular da Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre, o Escrivão de Polícia Thiago Nunes Port e a Inspetora de Polícia Leticia Machado da Silva, ambos lotados na Vigésima Primeira Delegacia de Polícia de Porto Alegre, sob a presidência do primeiro, reuniram-se para fins de análise, avaliação e funcionamento dos bens pertencentes a Vigésima Primeira Delegacia de Polícia de Porto Alegre, concluindo-se que os bens abaixo relacionados encontram-se em péssimo estado de conservação obsoletos e sem condições de uso, perfazendo um total de R\$, (519,20), quinhentos e dezenove reais com vinte centavos, conforme RPA700-21ªDP, efetivando-se as 10 horas desta data a homologação e a eliminação dos respectivos bens, com recolhimento pelo serviço de limpeza urbana.

PC	Descricao	Valor R\$	Estado
008373	Ventilador teto	39,80	péssimo
008378	Ventilador teto	39,80	péssimo
008378	Ventilador teto	39,80	péssimo
008379	Ventilador teto	39,80	péssimo
076999	Cadeira giratória modelo 153-E	240,00	péssimo
015773	Cadeira C-2	40,00	péssimo
032514	Cadeira C-2	40,00	péssimo
032518	Cadeira C-2	40,00	péssimo

Nada mais havendo a constar, mandou a Autoridade Policial lavrar a presente ata, que vai devidamente assinada por todos.

Cleber Moura Ferreira,  
Delegado de Polícia,  
Presidente.

Thiago Nunes Port,  
Escrivao de Polícia,  
Membro.

Leticia Machado da Silva,  
Inspetora de Polícia,  
Membro.

# ATA DE PROCEDIMENTO DE ELIMINAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Nº 01/2014/DP/Lavras do Sul/9ªRP/DPI

Exp. 021935-12.04/14.1 – Of. 318/14/DPR/9ªRP/DPI.

Aos quinze (15) dias do mês de agosto (08) de dois mil e quatorze (2014), neste município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na sede da Delegacia de Polícia local, presente os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE DESCARTE DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, presidida pelo Senhor Alcindo Romeu Dutra Martins, Delegado de Polícia Regional da 9ª Região responsável pelo Expediente, Silvia Regina Soares do Nascimento, Comissária de Polícia e Hugo Saulo de Bem Chiappetta, Inspetor de Polícia, efetivou-se às 10h desta data, a homologação da eliminação dos bens a seguir relacionados, através de Recolhimento pelo Serviço de Limpeza Urbana local:

PC	DESCRIÇÃO	VALOR	ESTADO
09002194-00	Banco Madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09002195-00	Banco Madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09002196-00	Banco Madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09002197-00	Banco Madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09002198-00	Banco Madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09002199-00	Banco Madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00006275-00	Cadeira C-2	0,01	Péssimo
00018476-00	Modulo estofado	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00018477-00	Modulo estofado	90,00	Péssimo (sem placa de identificação)
00018478-00	Modulo estofado	90,00	Péssimo (sem placa de identificação)
09001397-00	Sofa estofado	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09002251-00	Mesa centro em madeira	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
09001395-00	Sofá estofado c/3 peças	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00003962-00	Grampeador de papel carbex	0,01	Péssimo



**10 PÁGINA**  
**BOLETIM REGIMENTAL Nº 118/2014**

**03/09/2014**

00002742-00	Máquina de escrever Olivetti	0,01	Péssimo
00003216-00	Maq. Escrever Olivetti	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00003666-00	Maq. Escrever Olivetti	0,01	Péssimo
00004949-00	Maq. Escrever Facit	0,01	Péssimo
00007080-00	Maq. Escrever Olivetti	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00008730-00	Numerador Carbox	53,78	Péssimo
00002046-00	Estufa elétrica Martau	0,01	Péssimo
00007076-00	Estufa elétrica Martau	0,01	Péssimo
00007077-00	Estufa elétrica Martau	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00007078-00	Estufa elétrica Martau	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00013561-00	Ventilador Britania	0,01	Péssimo
00013562-00	Ventilador Britania	0,01	Péssimo
09001398-00	Ventilador Britania	0,01	Péssimo
00008004-00	Condicionador de Ar MR. Consul	0,01	Péssimo estado e conserto do motor é antieconômico
00013665	Radio AM-FM	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00000081-00	Duplicador Alcool	0,01	Péssimo
00000447-00	Câmara fotográfica Yashica	0,01	Péssimo (sem placa de identificação)
00009525-00	Código Penal	0,01	Desatualizado
00003787-00	Código de Processo Penal	0,01	Desatualizado
00005601-00	Código de Processo Penal	37,50	Desatualizado

Nada mais havendo a constar, mandou a Autoridade Policial lavrar a presente Ata, a qual vai devidamente assinada por todos.

ALCINDO ROMEU DUTRA MARTINS,  
 Delegado de Polícia Regional – Resp. Exp.

SILVIA REGINA SOARES DO NASCIMENTO,  
 Comissária Polícia.

HUGO SAULO DE BEM CHIAPPETTA,  
 Inspetor de Polícia.

## ATA DE PROCEDIMENTO DE ELIMINAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

Nº 01/2013/DP/São Marcos/8ªRP/DPI

Exp. 015272-12.04/14.6 – Of. 495/2013/DP/São Marcos/8ªRP/DPI.

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e treze neste município de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul, na sede da Delegacia de Polícia local, reuniu-se a presente comissão formada pelo presidente nato, Delegado de Polícia Paulo Roberto Rosa da Silva, titular da Delegacia de Polícia Regional da 8ª Região Policial, ID 1127128, pela Delegada de Polícia Marínes Trevisan, ID 1738542, titular da DP de São Marcos e pelo Escrivão de Polícia Fernando da Rosa Tarabal, ID 2461137, conforme orientação da Portaria de número 215/2010, do Gabinete do Chefe de Polícia, de 02 de agosto de 2010, para o fim específico de proceder a eliminação de bens móveis inservíveis pertencentes a este órgão. A comissão examinou os bens da listagem a seguir e constatou que estavam danificados, obsoletos e eram inservíveis, devendo ser eliminados e, em razão disso, foram destruídos na presença de todos os membros.

Obs.: os bens abaixo descritos estão arrolados no tombamento patrimonial, mas apenas o relógio de parede e a estufa possuem placas de PC, as quais serão remetidas juntamente com este ao setor competente.

### Descrição do bem Número do PC Valor RPAT Condições

1. Um armário A-1 2334 20,00 péssimo
2. Um armário mad. 2345 20,00 péssimo
3. Uma mesa 2/gav 90016331 30,00 péssimo
4. Um relógio parede 175 8,57 péssimo
5. Uma estufa Martau 6158 30,00 péssimo
6. Um transformador de voltagem 110 volts 41786 119,00 péssimo
7. Uma impressora Olivetti 21609 562,00 péssimo
8. Uma impressora Emilia plus nr 0005620 90039891 100,00 péssimo
9. Um estabilizador Tektron 90039890 20,00 péssimo
10. Gestão qual. total 10871 5,00 péssimo
11. Cód. Nac. Transito 1508 4,00 péssimo
12. Regulam. CNT 1747 4,00 péssimo
13. Cód. Def. Consumidor 8197 5,00 péssimo
14. Cód. Proc. Penal 90016346 4,00 péssimo

Paulo Roberto Rosa da Silva,  
Delegado de Polícia Regional.

Marínes Trevisan,  
Delegada de Polícia.

Fernando da Rosa Tarabal,  
Escrivão de Polícia.

## ASSUNTOS DISCIPLINARES

### RESOLUÇÕES

**Expediente 02167-12.04/14-1 - Of. 245/2014/SAD/PAD/CSP**

**RESOLUÇÃO N. 57.615 de 26/05/2014**

Em julgamento o Processo Administrativo Disciplinar 036421-12.04/03-5, instaurado com base na Resolução n. 42.491-CSP, em 8.8.2006, para apurar a prática, em tese, das transgressões disciplinares insertas nos artigos 80, incisos I, II e III, e 81, II, VII, XXII, XXXI, XXXVIII e XL, todos da Lei n.7.366/80, pelo servidor de id. 1095722, Aposentado.

DELIBEROU O PLENÁRIO, à unanimidade:

Pela prescrição punitiva do Estado em face da prescrição quinquenal, preceituada no artigo 95, inciso IV, da Lei 7366/80 e o arquivamento do presente expediente.

**RESOLUÇÃO N. 57.790 de 07/07/2014**

Em julgamento o Expediente nº 006679-12.04/08-4, PAD, instaurado a partir da Resolução n. 45.636-CSP, de 25.06.2008, versando sobre Inquérito Policial 019/2008/DFE/COGEPOL, em desfavor dos acusados de Id. 1062514 e 1885570, pela violação em tese, das normas disciplinares previstas no artigo 81, XXXVIII e XL da Lei 7366/80. Em anexo os Expedientes 028807-12.04/08-0 e 005602-12.04/09-3.

DELIBEROU O PLENÁRIO:

- 1) À unanimidades, pela absolvição dos servidores.
- 2) Por maioria, fundamentar a decisão nos termos do art. 386, inciso VII, da Lei Penal Adjetiva, aplicada subsidiariamente à espécie.

**Expediente 02166-12.04/14-9 - Of. 246/2014/SAD/PAD/CSP**

**RESOLUÇÃO N. 57.698 de 09/06/2014**

Em julgamento o Expediente nº 025877-12.04/10-2, PAD, instaurado por meio da Resolução n. 52400-CSP, de 22.02.2012, em que consta como acusado, o servidor de Id. 2934680, pela prática, em tese, das transgressões disciplinares insertas nos incisos XXXVIII, XL e XLIII do artigo 81 da Lei 7366/80.

DELIBEROU O PLENÁRIO, à unanimidade:

Pela absolvição de servidor, com base no artigo 386, VII do CPP.

**Resolução** nº 57.872/CSP, de 17.07.14, referente ao servidor de ID. 1176765. **Instrumento:** IP. 002/2012/100204-A. **Enquadramento:** Transgressão Disciplinar. **Decisão:** 1) Que o fato se deu no ano de 2012, considerando os argumentos esposados relativos a abertura de PAD, a pretensão punitiva do Estado se encontra fulminada pelo instituto da prescrição; 2) Não havendo mais o que ventilar, devendo-se arquivar o feito; 3) Contudo, ante a clara responsabilidade do servidor, entende-se, deva ser ele instado a devolver ao erário o valor referente as armas em questão; 4) Após, a DAME, atendendo o regramento inerente à lei de armas, para dar baixa do patrimônio do Estado dos revólveres marca Rossi, calibre. 38, números D466505 e D440536. (Exp. 021688-12.04/13.6)

**Resolução** nº 57.929/CSP, de 29.07.14, referente a fatos ocorridos na 23ªDP/DPRPA/DPM. **Instrumento:** SAD contendo cópia Ata de passagem de carga patrimonial da 23ªDP e SAD nº 02/11/100323, de 12.11.12. **Enquadramento:** Inc. I do art. 80 e transgressão ao inc. XVII do art. 81, ambos da Lei nº 7.366/80. **Decisão:** 1) Que a prova testemunhal ou documental, portanto, em nenhum momento indicou a autoria e certeza de desídia na conduta de servidor policial é ensejar responsabilização funcional. Ademais, ainda que houvesse tal indicativo, eventual reprimenda já estaria fulminada pela prescrição, em face do dispositivo nos arts. 82, inc. II, c/c o art. 83 inc. V e art. 95, inc. III, levando-se em consideração a transgressão disciplinar capitulada no inc. XVII do art. 81 e, mais ainda, a falta funcional do inc. I do art. 80, todos da Lei 7.366/80; 2) Pelo arquivamento e baixa do presente expediente. (Exp. 032096-12.04/12.9)

**Sindicância Administrativa** nº 004/2014/1ªDP/Bento Gonçalves/8ªRP/DPI, sem indiciamento. **Enquadramento:** Transgressão Disciplinar. **Decisão:** Sugerido o arquivamento, visto inexistência de qualquer ilícito. (Exp. 017667-12.04/14.5)

#### LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

- Sem Alteração.

Del. Pol. Guilherme Yates Wondracek,  
Chefe de Polícia.

#### C O N F E R E

Del. Pol. Ana Luiza Caruso,  
Respondendo pela DP/DAP.

#### V I S T O

Del. Pol. Adalberto Abreu de Oliveira,  
Diretor do DAP.

## ANEXO J – NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA MEDIAR / POLÍCIA CIVIL



### LAJEADO

Publicada em 10/05/2016

EDITAR CONTEÚDO

## Polícia Civil lança projeto de mediação

**Proposta visa evitar demandas judiciais promovendo a reconciliação entre as partes**

Uma iniciativa da Polícia Civil tenta evitar que os conflitos de menor potencial ofensivo cheguem até a esfera judicial. Será lançado hoje o Núcleo de Mediação de Conflitos da Delegacia de Pronto Atendimento. O evento começa às 13h30min, no auditório da DP do município.

De acordo com o coordenador do programa, delegado Alex Edmundo Assmann, a mediação tem o objetivo de solucionar os conflitos de menor potencial ofensivo sem a necessidade de intervenção judicial. “A proposta inclui crimes com pena de até dois anos de prisão, como lesão corporal leve, ameaça, injúria, difamação e perturbação.”

Segundo ele, a estratégia é bastante indicada nos casos em que existe proximidade entre os envolvidos. “São situações envolvendo vizinhos, parentes ou colegas de trabalho, que precisam coexistir no mesmo ambiente.”

Conforme Assmann, o programa prevê até três encontros entre as partes com a participação de um agente policial como mediador. A intenção é incluir um terceiro imparcial para facilitar o diálogo. “A ideia não é solucionar o problema, e sim auxiliar a comunicação para que os envolvidos encontrem uma solução em conjunto.”

O delegado afirma que o principal objetivo do projeto é desafogar a demanda do Judiciário. Caso a mediação alcance o resultado esperado, um termo é assinado e enviado ao Fórum e ao Ministério Público para homologação. “O caso acaba arquivado sem necessidade de audiências.”

Uma sala da DPPA de Lajeado sediará o núcleo de mediação. Conforme Assmann, os policiais que integram o projeto participam de mediações desde 2014. O lançamento do programa terá a

11/05/2017

Polícia Civil lança projeto de mediação - Jornal A Hora

presença do chefe da Polícia Civil do RS, Emerson Wendt, e do diretor do Departamento de Polícia do Interior, João Silveira Goulart.

#### Diferença para a conciliação

A iniciativa de mediação difere da conciliação judicial devido ao papel da terceira pessoa no processo. No primeiro caso, a função é facilitar o diálogo para que as partes construam, com autonomia, a melhor solução para o problema.

Conforme o Conselho Nacional de Justiça, a conciliação não tem prazo definido, e pode terminar ou não em acordo. As partes têm autonomia para buscar soluções que compatibilizem seus interesses e necessidades.

Já a conciliação utilizada em conflitos mais simples ou restritos, na qual o terceiro facilitador pode adotar posicionamentos mais ativa, porém, neutros e imparciais, com relação ao conflito. O processo visa encontrar um consenso, com efetiva restauração dos prejuízos e dentro dos limites possíveis restabelecer a relação social das partes.

Qualquer uma das partes pode comunicar a intenção de conciliar ao tribunal em que o processo tramita. Para isso, é agendada uma audiência com o apoio de um conciliador que ajudará na busca de um acordo. As partes podem ou não estar acompanhadas de advogados.

As duas técnicas são norteadas por princípios como informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual.

---

11/05/2017

Cartório do Programa Mediar é inaugurado em Lajeado - Polícia Civil RS



Busca no site

Institucional

Comunicação

Serviços e Informações

Página inicial &gt; Comunicação &gt; Notícias &gt; Cartório do Programa Mediar é inaugurado em Lajeado

Voltar

Imprimir

RSS

Publicação: 10/05/2016 às 16:21

### Cartório do Programa Mediar é inaugurado em Lajeado



Inauguração - Foto: Polícia Civil - Serep

Download

Na tarde desta terça-feira (10/05), no auditório da Delegacia de Polícia de Lajeado, foi inaugurado o Cartório do Programa Mediar, iniciativa a qual visa expandir princípios da justiça restaurativa para todo o Estado.

Participaram da solenidade, além da coordenadora do Programa Mediar, delegada Sabrina Delfente, o Chefe de Polícia, delegado Emerson Wendt, o Diretor do Departamento de Polícia do Interior, delegado João Goulart, o delegado regional da 19ª Região Policial, delegado, João Antônio Merten Peixoto, o titular da Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Lajeado e que também coordenará o projeto no município, delegado Alex Edmundo Assmann, o prefeito em exercício do município, Haussen Jacques Filho, vice-presidente da câmara de vereadores, vereador Adi Ceruti, entre outras civis e militares.

O projeto foi transformado em programa da Polícia Civil, através da Portaria 168/2014 da Chefia de Polícia, com objetivo de avançar nos ideais de mediação não punitivas, sendo contraponto da justiça retributiva. A técnica deste processo nada mais é do que a aplicação do apaziguamento em conflitos, controvérsias e problemas, adequando-se assim, a uma tendência mundial, decorrente da evolução da cultura de participação, do diálogo e do consenso.

Fonte: Serep

Felipe Martinetto



11/05/2017

ASDEP | notícia | programa-medi-ar-rs-inaugura-núcleo-de-sala-de-mediação-em-santa-cruz-do-sul



**ASDEP**  
ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE  
POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL

(51) 3217.9999 asdep@asdep.com.br



LOGIN DO ASSOCIADO

E-mail

Senha

OK

Esqueci minha senha

O que você procura?



INSTITUCIONAL

SERVIÇOS

MÍDIA

CONVÊNIOS

AGENDA

ASSOCIE-SE

CONTATO

## NOTÍCIAS / PROGRAMA MEDIAR RS INAUGURA NÚCLEO DE SALA DE MEDIAÇÃO EM SANTA CRUZ DO SUL



06/06/2016

**Programa Mediar RS inaugura núcleo de sala de mediação em Santa Cruz do Sul**

Mais um município do Rio Grande do Sul foi contemplado com um núcleo de mediação do Programa Mediar RS, da Polícia Civil. A unidade foi inaugurada em Santa Cruz do Sul, na última sexta-feira (3), visando a mediação de conflitos entre pessoas que procuram a delegacia. Com essa Sala, o Programa chega a cinco núcleos – Capão da Canoa, Canoas, Gramado, Lajeado e, agora, Santa Cruz do Sul. "A Polícia Civil, os delegados e o Chefe de Polícia, Emerson Wendt, estão de parabéns pela iniciativa. Esse é um programa importante para o trabalho da polícia, mas acima de tudo para as comunidades que recebem esse novo serviço," destaca a presidente da Associação dos Delegados de Polícia, De. Nadine Anflor.

Segundo a Coordenadora do Programa Mediar RS, Del. Sabrina

Deffente, desde que o Programa iniciou no Estado, em 2013, cerca de 800 casos, apenas nas cidades de Canoas e Capão – os primeiros municípios a receber a iniciativa, tiveram sua situação resolvida. "Nossos índices de reincidência não chegam a 1%. É uma medida muito eficiente", avalia Sabrina sobre os resultados. Ela revela que Bento Gonçalves e Montenegro deverão ser próximas cidades a receber núcleos do Mediar.

Ainda de acordo com a delegada Sabrina, o trabalho realizado pelo Polícia Civil no Programa Mediar tem servido de modelo para um projeto semelhante que está sendo criado pelo Ministério Público do RS. "O MP está criando um núcleo de justiça restaurativa e, como nosso trabalho está avançado, eles nos procuraram para propor parceria nesta área de mediação", diz.

O Programa Mediar surgiu no Brasil em 2006, no estado de Minas Gerais, e desde então vem sendo implantado em diversos estados e municípios do país. No Rio Grande do Sul ele está sendo trabalhado desde 2013, regulamentado pela portaria 168/14.

Em Santa Cruz, a construção da sala e implantação do projeto, a Polícia Civil contou com o apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Santa Cruz do Sul. O espaço funcionará no próprio prédio da Polícia Civil em Santa Cruz do Sul, na rua Ernesto Alves, 915.

Crédito da foto: Luana Ciecelskim, do jornal Riovale

Compartilhar 28

Tweetar

VOLTAR



Rua Visconde de Inhaúma, 56  
Bairro Azenha, Porto Alegre/RS

## INSTITUCIONAL

História  
Ata nº 1  
Estatuto  
Código de Ética  
A sede  
Ex-presidentes  
Atual diretoria

## SERVIÇOS

Hotel  
Economato  
Legislação  
Estudos e  
Projetos

## REDES SOCIAIS



## MÍDIA

Notícias  
Imprensa  
Jurídico  
Adepol  
Artigos  
Links  
Galeria  
Informativo

## CONVÊNIOS

Clube de Vantagens  
Clínicas Médicas  
Dermatologia e Estética  
Sites e Design  
Fisioterapia  
Hotéis e Turismo  
Planos de Saúde

Psicologia  
Serviços Odontológicos  
Outros

AGENDA  
ASSOCIE-SE  
CONTATO

**eADELTA**  
ESCOLA NACIONAL  
DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

ÁREA  
RESTRITA

Copyright © ASDEP | Desenvolvido por Monge Web + Design

http://asdep.com.br/noticia/programa-medi-ar-rs-inaugura-n%C3%B4cleo-de-sala-de-media%C3%A7%C3%A3o-em-santa-cruz-do-sul

1/2



11/05/2017

ASDEP | notícia | asdep-presente-em-palestra-que-abordou-a-justiça-restaurativa-nos-crimes-de-maior-potencial-ofensivo



**ASDEP**  
ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE  
POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL

(51) 3217.9999 asdep@asdep.com.br



LOGIN DO ASSOCIADO

E-mail

Senha

OK

Esqueci minha senha

O que você procura?



INSTITUCIONAL

SERVIÇOS

MÍDIA

CONVÊNIOS

AGENDA

ASSOCIE-SE

CONTATO

## NOTÍCIAS / ASDEP PRESENTE EM PALESTRA QUE ABORDOU A JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS CRIMES DE MAIOR POTENCIAL OFENSIVO



24/03/2017

**ASDEP presente em palestra que abordou a justiça restaurativa nos crimes de maior potencial ofensivo**

Refletir sobre os crimes violentos e o impacto na vida das vítimas, buscar caminhos para a reinclusão dos agressores e o restabelecimento do diálogo social, este foi o mote da palestra promovida pela Escola da Magistratura da Ajuris com o canadense Aaron Lyons, que na noite de terça-feira (21/3) falou por mais de duas horas para um auditório lotado de autoridades e atores sociais que trabalham no sistema de justiça.

A Associação dos Delegados de Polícia (ASDEP) foi representada pela sua presidente, Delegada Nadine Anflor, e pela vice, Delegada Cristiane Becker. O secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, e a Delegada Sabrina Deffente, representando o programa Mediar da Polícia Civil, também estiveram presentes no evento.

Atuando há mais de dez anos como facilitador e mediador de processos de restauração, Aaron Lyons fez um relato detalhado sobre a experiência canadense de Justiça Restaurativa aplicada aos crimes violentos e apontou três eixos como centrais na estruturação da metodologia: justiça para a vítima, justiça para os ofensores e o diálogo entre as duas partes.

Compartilhar 12

Tweetar

VOLTAR



Rua Visconde de Inhaúma, 56  
Bairro Azenha, Porto Alegre/RS

## INSTITUCIONAL

História  
Ata nº 1  
Estatuto  
Código de Ética  
A sede  
Ex-presidentes  
Atual diretoria

## SERVIÇOS

Hotel  
Economato  
Legislação  
Estudos e  
Projetos

## REDES SOCIAIS



## MÍDIA

Notícias  
Imprensa  
Jurídico  
Adepol  
Artigos  
Links  
Galeria  
Informativo

## CONVÊNIOS

Clube de Vantagens  
Clínicas Médicas  
Dermatologia e Estética  
Sites e Design  
Fisioterapia  
Hotéis e Turismo  
Planos de Saúde

Psicologia  
Serviços Odontológicos  
Outros

AGENDA  
ASSOCIE-SE  
CONTATO

**eADELTA**  
ESCOLA NACIONAL  
DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

ÁREA  
RESTRITA

Copyright © ASDEP | Desenvolvido por Monge Web + Design



PÁGINA INICIAL

UGAPOCI

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

OUVIDORIA

ÁREA DO ASSOCIADO

CONVÊNIOS

HORÁRIOS

FARMÁCIA

JORNAL DA UGAPOCI

ARTIGOS

INFORMAÇÕES UGAPOCI

NOTÍCIAS

FALE CONOSCO



## INFORMAÇÕES

**Delegada Sabrina Deffente é gerente do Programa de Mediação de Conflitos da Polícia Civil**

14/10/2016

A Delegada de Polícia Sabrina Deffente, titular da Delegacia de Capão da Canoa ingressou na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1998. Formada em Direito pela Universidade de Passo Fundo no ano de 1993. Durante sua trajetória profissional trabalhou nos municípios de Canguçu, Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas, Departamento Estadual De Investigação Criminal / DRCP, sendo ainda Diretora da Divisão de Assessoramento para Assuntos Institucionais da Chefia de Polícia. Quando Delegada Titular em Pelotas inaugurou a Delegacia de Atendimento à Mulher vítima de violência. Foi ainda titular da Delegacia de Atendimento a Criança Vítima de Violência do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, em Porto Alegre. Em Canoas criou, na 3ª Delegacia do Município, Cartórios de Atendimento a Grupos Vulneráveis, inovando com a formação de uma rede de acolhimento junto às Coordenadorias do Município. Desde 2014 é Gerente do Programa de Mediação de Conflitos da Polícia Civil (MEDIAR/RS).

**Jornal da Ugapoci:** Descreva resumidamente a Mediação de Conflitos.

**Delegada Sabrina Deffente:** A Mediação de Conflitos em sede de Polícia Judiciária consiste na aplicação desse método alternativo de resolução de conflitos sobre procedimentos policiais JÁ INSTAURADOS na Delegacia de Polícia, o que garante transparência sobre os atos da Polícia, assegurando ao Ministério Público controle externo sobre essa intervenção. É aplicada em crimes de Ação Penal Disponível. Possibilita às partes o empoderamento, pois são elas que constroem a resolução do conflito, visando assegurar um convívio civilizado. Diferentemente do método de persecução tradicional (punitivo), que busca penalizar uma das partes por fatos havidos, a Mediação foca no futuro das relações entre os envolvidos. Ou seja, o problema os trouxe até a Delegacia, a construção de sua solução passa pelas propostas apresentadas pelos envolvidos, os quais terão na figura do Mediador um facilitador, que lhes auxiliará no diálogo garantindo-lhes também a segurança de exporem suas convicções sem sofrerem algum constrangimento. Ao final as partes assinam uma ata constando o teor da decisão conjunta e será esta ata anexada aos autos do procedimento policial. O procedimento é encaminhado ao Poder Judiciário que homologa o decidido pelas partes. Diminui a carga processual, diminui os conflitos encaminhados ao Judiciário, dá celeridade a resolução do conflito.

**JU:** Há quanto tempo a prática está em funcionamento?

**Delegada Sabrina Deffente:** Agosto de 2013. Iniciou como um Projeto na 3ª DP Canoas, onde exercia titularidade e coloquei em prática essa técnica. Com a transferência para a 4ª DP Canoas o Projeto foi junto. Ao final de um ano de sua aplicação, e com os índices obtidos, foi o Projeto elevado a condição de Programa de Mediação de Conflitos da Polícia Civil do RS. Nomeada gerente do Programa e levei-o para a Operação Verão da Polícia Civil, em razão da intensa migração que ocorre ao litoral norte do estado. Lá o Programa apresentou excelentes índices. Esta prática está em fase de expansão para as demais cidades do RS, com capacitação de Mediadores. O inspetor de polícia Moisés Prates foi o primeiro agente a atuar como Mediador. Hoje são 12 núcleos de mediação instalados em várias Delegacias, entre elas Canoas, Capão da Canoa, Gramado, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Montenegro, Central TC Porto Alegre, Veranópolis, Sapiranga, Cruz Alta, Três Passos e Panambi. Já formamos cerca de 30 delegados e 60 agentes em 3 cursos já ministrados na Acadepol com 30 horas de duração. Três dias, modo presencial. Além da certificação da academia o curso habilita a autoridade policial a instalar um núcleo de mediação de conflitos em sua área de circunscrição. O chefe de polícia Emerson Wendt pretende instalar 50 núcleos de mediação até o final de 2017. Além das turmas já formadas no mês de outubro, nos dias 18, 19 e 20 de outubro haverá edição no mês de novembro nos dias 22, 23 e 24, inscrições abertas. O tribunal de justiça do Estado através do Núcleo de Estudos da Mediação NEM convidou a polícia civil a participar desse grupo de estudos para trocar experiências e visando

11/05/2017 UGAPOCI - União Gaúcha dos Policiais Civis - 14/10/2016 - Delegada Sabrina Deffente é gerente do Programa de Mediação de Conflitos da Polícia...

maior aproximação entre as instituições. Para saber mais sobre inscrição os interessados devem mandar e-mail para [programamediar@pc.rs.gov.br](mailto:programamediar@pc.rs.gov.br).

**JU:** Quais os principais pontos de inovação da sua prática?

**Delegada Sabrina Deffente:** Destacamos alguns: Justiça participativa, a voz, a decisão é da parte, não do Estado, produzindo o empoderamento das partes, pois compete a elas o poder decisório do conflito (todos são iguais perante a Lei, e a Lei torna-se igual perante todos, conforme Salvador Allende; Transparência, pois TODA mediação após sua realização é levada ao conhecimento do Poder Judiciário e Ministério Público; Celeridade.

**JU:** Quais os fatores de sucesso da prática?

**Delegada Sabrina Deffente:** Justiça Participativa (o cidadão é quem decide); Celeridade; Transparência; Permitir as partes recuperarem a capacidade de dialogar, pois ao ouvir e ao falar, lhes é possibilitado a capacidade de ampliar suas visões sobre o fato e elas mesmas resolvem o problema que lhes aflige; A eficiência da intervenção policial não é avaliada pelo número de procedimentos incriminatórios encaminhados à Justiça, mas pela diminuição dos índices de reincidência.

**JU:** Quais as dificuldades encontradas?

**Delegada Sabrina Deffente:** Convencimento do público interno da Polícia sobre a importância da implantação da Mediação de Conflitos como meio de prevenir a violência, em razão de uma visão interna limitada que vê a Polícia apenas como agente de repressão. A população, o Ministério Público e o Poder Judiciário receberam a iniciativa com os braços abertos.

**JU:** Quais os recursos necessários para a implantação do Programa Mediar?

**Delegada Sabrina Deffente:** Infraestrutura: Aquisição de uma mesa redonda com seis cadeiras, onde se darão as mediações. A mesa redonda simboliza a ausência de centro de decisões, todos estão em igual condição e posição. Os demais equipamentos podem ser aqueles utilizados pela DP, como computadores, impressoras e viaturas discretas para fazer os convites. Equipe: Um Delegado de Polícia e um Agente de Polícia com curso superior que atua como mediador. É o agente que faz a mediação pois não pode haver relação de autoridade durante o processo mediativo.

[Todas as informações](#)

#### FALE CONOSCO

Rua Siqueira Campos, 702, Centro - Porto Alegre, RS  
VER NO GOOGLE MAPS  
(51) 3221.8200 | (51) 3226.1376 | (51) 3086.7850

CURTA NOSSA FANPAGE 

2014 © UGAPOCI - Monge Web + Design

**17352**



# Riovale Jornal

Quinta-Feira - 11 de Maio de 2017 - 12:27:50

Fundado em 22 de Setembro de 1976 - Ano 40

HOME

MATÉRIAS

COLUNAS

PESQUISAR



Anúncios Google

Curso sala

Rio media

## CLASSIFICADOS

Riovale Jornal

O seu SONHO ao alcance de suas MÃOS



Edição do dia 09/05/2017

Veja as edições anteriores



1 amigo curtiu isso



## Sala de Mediações da Polícia Civil é inaugurada

Espaço é parte do Programa Mediar RS que visa a mediação de conflitos entre pessoas que procuram a delegacia

POLÍCIA - 04/06/2016

[Tweetar](#) [Curtir](#) [Compartilhar](#) 557 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro de seus amigos.

LUANA CIECELSKI

luana@riovalejornal.com.br

A Polícia Civil de Santa Cruz do Sul inaugurou na tarde dessa sexta-feira, 3 junho, a primeira Sala de Mediações do município. O espaço será destinado para um novo projeto que está sendo implantado no município, o Programa Mediar RS. Visando a mediação de conflitos entre pessoas que procuram a delegacia, o espaço funcionará no próprio prédio da Polícia Civil em Santa Cruz do Sul, na rua Ernesto Alves, 915.

O Programa Mediar surgiu no Brasil em 2006, no estado de Minas Gerais, e desde então vem sendo implantado em diversos estados e municípios do país. No Rio Grande do Sul ele está sendo trabalhado desde 2014, regulamentado pela portaria 168/14. Conforme esclareceu a delegada Raquel Schneider, que será a coordenadora do programa na cidade, o projeto tem como base o princípio da Justiça Restaurativa, e oferecerá um espaço para "poderá facilitar o diálogo entre partes em conflito, fazendo com que essas mesmas partes cheguem a um acordo por si próprias". Ela explicou ainda que o programa tem como objetivo também um entendimento mais duradouro, pensando no futuro e levando em consideração os sentimentos das pessoas envolvidas.



Delegada Raquel Schneider será a responsável pelo programa no município

Crédito: Luana Ciecelski

O projeto funcionará da seguinte forma: no primeiro momento a vítima procura a delegacia registrando o fato e o conflito; um delegado então analisará o caso verificando se é possível fazer uma mediação; em caso positivo, a ocorrência é encaminhada para o núcleo do programa que entrará em contato com as partes, convidando-as a comparecer da delegacia para uma audiência individual onde cada um poderá apresentar suas razões e pontos de vista sobre o fato desencadeado, seus sentimentos e o que pode ser feito para que a convivência seja restabelecida.

11/05/2017

Riovale Jornal :: Sala de Mediações da Polícia Civil é inaugurada :: POLÍCIA

Se as partes concordarem em aderir ao programa, o passo seguinte é uma audiência conjunta onde é oferecido um espaço seguro para o diálogo entre os envolvidos. O mediador utilizará de técnicas específicas para facilitar a conversa e chegando-se a um acordo de convivência, todos assinam uma ata firmando o compromisso. Essa ata será remetida ao Poder Judiciário. Se não houver acordo, a ata também será assinada e encaminhada ao Judiciário. Dentro do projeto também está incluída a fase de monitoramento da relação. Ela acontece por um período de 60 dias.



**Delegada Raquel, o Chefe de Polícia Emerson Wendt e a juíza Josiane Estivalet descerraram a placa**

*Crédito: Luana Ciecelski*

Para a construção da sala e implantação do projeto a Polícia Civil contou com o apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Santa Cruz do Sul e durante o evento, a juíza responsável pela Cejusc, Josiane Estivalet, também esteve presente. "A busca por métodos alternativos e mais humanos para resolver conflitos é uma tendência mundial e Santa Cruz do Sul mais uma vez se torna um pólo regional nesse quesito. É uma nova justiça e uma nova polícia que está nascendo", disse.

Concorda com ela o Delegado Regional, Luciano Menezes, que disse em sua fala, ser esse um modelo de polícia do futuro. "Não se restringe ao policiamento ostensivo, mas procura resolver os problemas desde sua base". Ele também lembrou que alguns fatos ocorridos durante sua trajetória profissional como forma de explicar que esse projeto vem para resolver ainda na delegacia alguns conflitos que de outra forma iriam para outras instâncias da justiça. "Muitas vezes só o que falta é uma palavra de ordem entre as partes", declarou.



**Sala de mediações está instalada no segundo piso da sede da Polícia Civil em Santa Cruz**

*Crédito: Luana Ciecelski*

Presente também no evento o Chefe de Polícia Civil do RS, Emerson Wendt, ex-delegado da região aproveitou a oportunidade para parabenizar a implantação de mais uma unidade do programa e para anunciar uma mudança no programa: "também poderão ser tratados pelo programa de mediação, os casos de violência doméstica em que não há necessidade de medida protetiva", declarou.

11/05/2017

Programa Mediar apresenta resultados - Polícia Civil RS

[Busca no site](#)[Institucional](#)[Comunicação](#)[Serviços e Informações](#)[Página inicial](#) > [Comunicação](#) > [Notícias](#) > Programa Mediar apresenta resultados[Voltar](#)[Imprimir](#)[RSS](#)

Publicação: 18/11/2013 às 15:34

## Programa Mediar apresenta resultados

A aplicação do programa Mediação de Conflitos da Polícia Civil analisou 131 casos nos primeiros meses em que vigora o método alternativo na resolução de conflitos. Desse total, 50 mantiveram interesse em representar criminalmente, 25 não cabia mediação em razão da periculosidade, 33 as partes reconciliaram-se antes da audiência e 23 casos reconciliaram-se na audiência de mediação. Não houve reincidência de conflito entre as partes. Os feitos policiais pertinentes foram encaminhados ao Poder Judiciário, sendo homologados pela Justiça.

Segundo a delegada Sabrina Deffente, titular da 3ª DP de Canoas, os índices alcançados pelo programa desenvolvido no Território da Paz do Guajuviras são altamente satisfatórios. Deffente afirmou que o sucesso da mediação de conflitos se dá pelo menor índice de reincidência entre os envolvidos. A Mediação de Conflitos não vinha sendo aplicada no Estado, e conta com a anuência do Chefe de Polícia, delegado Ranolfo Vieira Júnior.

Fonte: 3ª DP de Canoas

Eugênio